

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS

***O EMPREGO DO PRONOME TÔNICO DE TERCEIRA
PESSOA EM FUNÇÃO ACUSATIVA NO PORTUGUÊS:
MUDANÇA OU RETENÇÃO?***

Heloísa Maria Moraes Moreira Penna
Orientadora: Profª. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM LINGÜÍSTICA.

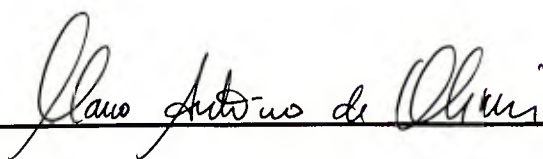
1998

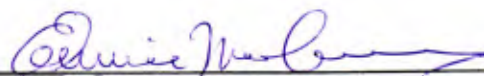
Dissertação aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:



Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen
Orientadora







Profa. Dra. Eunice Maria das Dores Nicolau
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em
Letras - Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG

Belo Horizonte, de junho de 1998

AGRADEÇO A DEUS, DE QUEM EMANAM TODOS OS DONS
E DÁDIVAS E PARA CUJA GLÓRIA TODAS AS MINHAS
OBRAS EXISTEM, A REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO.

AGRADECIMENTOS

À Dra. Maria Antonieta Amarante Cohen, orientadora e amiga, que muito me ensinou durante a realização desta pesquisa;

Ao professor Antônio Martinez de Rezende a quem eu muito admiro pela sabedoria discreta, pelas reflexões sensatas e principalmente pela disponibilidade de ajuda;

À Rosana e Júnia, funcionárias da Biblioteca da Fale, pelo pronto atendimento e interesse;

Ao CNPQ e à CAPES pelo apoio financeiro;

Ao meu pai e minha mãe pela base de vida que me transmitiram e pelo amor que me consagraram;

Aos meus filhos Adalberto e Augusto que são a razão de toda a minha luta;

A Adalberto, meu marido, pelo companheirismo, incentivo e auxílio inestimável;

Aos meus familiares e amigos pelas confiantes palavras e torcida ativa.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	001
1- COLOCAÇÃO DO PROBLEMA E APRESENTAÇÃO DO CORPUS	
1.1 Colocação do problema	003
1.2 O ‘corpus’	012
1.2.1 Apresentação e comentários gerais.....	012
1.2.2 O ‘corpus’ arcaico	016
1.2.3 O ‘corpus’ contemporâneo	019
1.2.4 Da localização geográfica da documentação arcaica	020
2 - RESENHA BIBLIOGRÁFICA	
2.1 Emprego do pronome <i>ele</i> e suas flexões em função acusativa:	025
arcaísmo ou brasileirismo?	
2.1.1 Comentários	037
2.2 O emprego do pronome <i>ele</i> e suas flexões em função acusativa:	040
outras abordagens.	
2.2.1 As propostas centrais	040
2.2.2 Observações particulares e comentários	046
3. APRESENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS.....	053

3.1 Dados arcaicos	053
3.1.1 <i>ele</i> sujeito	055
3.1.2 <i>ele</i> objeto direto	055
3.1.3 <i>ele</i> objeto indireto	057
3.1.4 <i>ele</i> adjunto adnominal	060
3.1.5 <i>ele</i> complemento circunstancial	063
3.2 Dados contemporâneos	069
3.2.1 <i>ele</i> sujeito	069
3.2.2 <i>ele</i> objeto direto	069
3.2.3 <i>ele</i> objeto indireto	073
3.2.4 <i>ele</i> adjunto adnominal	075
3.2.5 <i>ele</i> complemento circunstancial	078
3.3 Dados de dois dialetos portugueses	081
4. A RESPEITO DA ORIGEM DO PRONOME DE TERCEIRA PESSOA	
4.1 Das três pessoas gramaticais	083
4.2 Do sistema pronominal latino	085
4.3 Da evolução dos pronomes demonstrativos	087
4.4 Do pronome <i>ille</i>	090
4.4.1 Do <i>ille</i> adjetivo latino ao <i>ille</i> substantivo português	094
4.5 Da morfologia do pronome <i>ele</i>	101

4.6 Comentários finais	102
5. CONCLUSÃO	106
6. BIBLIOGRAFIA	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Divisão dos autores segundo suas posições em relação ao uso do pronome <i>ele</i> em função acusativa	032
QUADRO II - Opinião dos autores a respeito da origem oblíqua ou reta do <i>ele acusativo</i> no período arcaico	038
QUADRO III - Funções sintáticas assumidas pelo <i>ele</i> no período arcaico	068
QUADRO IV - Funções sintáticas assumidas pelo <i>ele</i> no português brasileiro contemporâneo	079
QUADRO V - Ocorrência do pronome <i>ele</i> no português arcaico em comparação ao português brasileiro contemporâneo	081
QUADRO VI - Transformação do sistema pronominal	090
QUADRO VII - Elementos originados do pronome <i>ille</i> e suas propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas.	097

LISTA DE ABREVIATURAS DOS TEXTOS

TEXTOS ARCAICOS

1. NOTÍCIA DE TORTO (SÉCULO XIII) NT
2. FOROS E COSTUMES (SÉCULO XIII) FC
3. FOROS DE CASTELO RODRIGO (SÉCULO XIII) FCR
4. DOCUMENTOS NOTARIAIS (SÉCULOS XIII AO XV) NO 1
5. DOCUMENTOS NOTARIAIS (SÉCULOS XIII AO XVI) NO 2

DADOS CONTEMPORÂNEOS

1. ENTREVISTAS E PROGRAMAS DE
TELEVISÃO (1997)

TV

2. TEXTOS DE ADÉLIA PRADO (1980,
1984 e 1997)

AD

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada tem por objetivo analisar o pronome tônico de terceira pessoa em função acusativa no português brasileiro contemporâneo e sua relação com fenômeno semelhante no período arcaico.

Os dados analisados pertencem aos períodos arcaico e contemporâneo (brasileiro) da língua portuguesa: para o arcaico os dados foram extraídos de documentos notariais dos séculos XIII, XIV, XV e XVI e, para o período contemporâneo, provenientes de gravações de programas de televisão e de textos da escritora mineira Adélia Prado, que, apesar de escritos, apresentam elementos de oralidade. Gostaríamos de ressaltar que o uso dos textos notariais do período arcaico foram de fundamental importância para a análise que se seguiu, pois neles o emprego não enfático do *ele acusativo* foi registrado. Dados de dois dialetos portugueses foram acrescentados ao ‘corpus’ como comprovação da existência do fenômeno também no português lusitano contemporâneo.

O resultado da análise apontou-nos um aspecto até então não abordado por estudiosos antigos ou mais recentes: a forte presença do *ele* em todas as funções sintáticas, inclusive a de objeto direto, nos dois períodos da língua portuguesa.

Após a constatação desse fato procedeu-se a um estudo aprofundado desse pronome com o intuito de ‘justificar’ a sua liberdade sintática e sua invariabilidade em todas as funções. Voltou-se ao latim para estudar o pronome *ele* desde a sua origem abordando

todos os seus aspectos: morfológico, sintático e semântico. A questão da referência mostrou-se relevante para a compreensão do fenômeno.

O fruto de tal estudo foi a verificação de uma série de características que fazem do pronome *ele* um elemento dissociado do sistema pronominal pessoal e neutro em relação à flexão de caso, cujos resquícios ainda existem no sistema pronominal pessoal português. A origem demonstrativa do pronome *ele* foi apontada como a principal responsável pela sua falta de integração ao sistema. Vem dessa origem ainda a capacidade de formar um subsistema de terceira pessoa onde o *ele*, a modelo dos Nomes, figura em todas as funções sintáticas apenas flexionando-se em gênero e número.

A conclusão a que se chegou foi a de que o fenômeno *ele acusativo* configura-se como uma retenção sintática na língua, através dos tempos, e forma o seu próprio subsistema. Pode ser considerado um emprego vernáculo já que, na verdade, ele existe desde os primórdios da língua e sua existência como tal se explica a partir de sua origem latina.

Introdução

Esta pesquisa analisa o fenômeno do emprego do pronome tônico de 3ª pessoa em função objetiva direta, doravante *ele acusativo*, no português brasileiro contemporâneo sob uma perspectiva diacrônica. Partindo do princípio de que o fenômeno é tão antigo quanto a própria língua e que representa um caso de retenção sintática, fez-se necessário um recuo até o período arcaico. A explicação para a presença do *ele acusativo*, nesse período e no contemporâneo, foi buscada na sua origem latina.

Os capítulos da dissertação se organizam da seguinte forma:

No capítulo 1 tem-se a colocação do problema com o registro das ocorrências do fenômeno no português brasileiro contemporâneo e no português arcaico. Segue-se a apresentação dos ‘corpora’ arcaico e contemporâneo e algumas informações de história externa relacionadas à continuidade do fenômeno e sua provável procedência do português lusitano.

No capítulo 2 encontra-se a resenha bibliográfica. Discute-se aí a posição de diversos pesquisadores dos mais antigos aos mais recentes. Na seção 2.1 introduz-se a polêmica sobre a origem do fenômeno: se se trata de um arcaísmo sintático ou se é uma criação brasileira. A seção 2.2 apresenta estudos, em sua maioria sincrônicos, que tratam do fenômeno indiretamente. O emprego do *ele* em função de objeto direto, segundo os trabalhos de cunho diacrônico, é apenas uma consequência da perda do pronome oblíquo *o* e flexões, do mesmo modo que o são o emprego do SN pleno e o cancelamento.

No capítulo 3 apresentam-se os dados arcaicos e contemporâneos classificados em tipos sintáticos. Em seguida procede-se a uma comparação entre as ocorrências do *ele* em todas as funções sintáticas, nos dois períodos em questão.

No capítulo 4 fala-se a respeito da origem do pronome de terceira pessoa. Discute-se o conceito de pessoa. Promove-se, nessa parte do trabalho, uma volta ao latim para, a partir dessa língua, acompanhar o ‘nascimento’ do pronome *ele* e sua trajetória através dos tempos.

E, finalmente, o capítulo 5 traz as considerações finais, tomando por base todo o estudo feito ao longo da dissertação.

CAPÍTULO 1

1.1 Colocação do problema

As descrições do sistema pronominal pessoal português estabeleceram um quadro que apresenta, além das 1ª e 2ª pessoas (*eu, tu - nós, vós*), um terceiro elemento, chamado de terceira pessoa, preenchido pelos pronomes *ele (ela, eles, elas)* para as funções nominativa¹ e preposicionadas e *o (a, os, as)* e *lhe (lhes)* para as demais funções: “*Ele, nós e vós* funcionam também como regimes de preposição: *dele, por ele, de nós, por nós, por vós, entre eles, entre nós, em vós*. Se a preposição for *com*, a construção será *com ele, conosco, convosco; ...*. (...) “As primeira e segunda pessoas do singular *Eu* e *Tu* flexionam-se² em *mim* e *ti* quando regimes de preposição: *de mim, de ti, por mim, por ti*. Se a preposição for *com*, a forma será *comigo, contigo*.” (Almeida, 1978: 172)

Com base nessa descrição, os gramáticos normativos da língua portuguesa padrão determinam o emprego de todas as formas do terceiro pronome, nos casos devidos - *ele* e suas flexões para nominativo e quando acompanhado de preposição, *o* e suas flexões para o caso acusativo, e *lhe* para o dativo. No entanto, a prática do emprego deste pronome, no dia-a-dia, no português do Brasil, parece desabonar essas prescrições. O que se observa é o

¹ Estou mantendo os termos nominativo, acusativo e dativo usados pela gramática histórica tradicional portuguesa, que correspondem às funções sintáticas de sujeito, objeto direto e objeto indireto.

² O termo “flexionar” está sendo empregado aqui em sentido amplo. *Mim* e *Ti* são formas supletivas de *Eu* e *Tu*, não flexão a partir de um radical.

uso do pronome lexical *ele* e suas variantes em função acusativa, na língua oral, em praticamente todos os ambientes e situações sociais. Em contrapartida, o uso das formas oblíquas “está associado a aprendizado escolar, revela grau de instrução elevado e é identificado com língua escrita e estilo formal” (Nunes, 1993: 207). Malvar (1992: 142) concluiu, a partir dos resultados da sua pesquisa: 297 (25%) ocorrências do pronome lexical *ele* contra 6 (1%) ocorrências do clítico *o*,

“que a variante clítico é praticamente nula na fala dos informantes. Seu uso parece manter-se, no português do Brasil, apenas na escrita e nos ensinamentos escolares, em que a realização é contraposta ao uso da variante pronome lexical.”

Como exemplo do emprego do clítico acusativo de 3^a posição no português do Brasil, temos:

- (1) Faz muito tempo que eu não *o* vejo.
- (2) Eu *a* conheci numa festa.
- (3) Nós resolvemos ajudá-*los*.

Vejamos exemplos em que o pronome lexical, com função de objeto direto, se encontra no lugar onde “deveria” estar o pronome oblíquo:

- (4) Eu procurava *ele* de madrugada para conversar.
- (5) Eu chamei *ela* amigavelmente e falei pra ela.

(6) Eles não falam português mas pode entrevistar *eles*.

Como se pode observar nesses exemplos de (4) a (6) as formas tônicas *ele*, *ela* e *eles* aparecem em ambientes em que a forma átona seria normativamente a aconselhada.

O emprego do terceiro pronome tônico como objeto direto também é registrado no português arcaico:

(7) Damos *elle* a uos e a toda uossa uoz (séc. XIV)

(8) ... e as justiças não agrauen *eles* cõtra sas forças. (séc. XIII/XIV)

(9) ... aquella uina dos muymētos qual foy de Pelayo Fernandez en tal maneyra que lauredes *ella*. (séc. XIII)

(10) Doulas en tal condizõ a Sancta Maria que eu tena *ellas* en mina vida. (séc. XIII)

A forma oblíqua correspondente, de emprego muito comum nos textos desse período, encontra-se nos dados abaixo:

(11) ... se quiser depoyz fazer a demanda a esse que *o* demandou ... (CTCE, séc. XIII)

(12) ... que touros leixaren andar em montados se *os* em danos alheos matarem ... (CTCE, séc. XIII)

(13) ... e quẽ quer que *a* quiser demadar *demandea* per u for dereyto. (No, 1275)

(14) ... ponham ao nomeador das testemunhas dia em que *as* dê. (CTCE, XIII)

Os exemplos de (4) a (6) são encontrados na linguagem oral brasileira contemporânea. Os de (7) a (10) são também encontrados em textos arcaicos portugueses, principalmente em documentos não-literários, escritos por pessoas de cultura mediana ou, em menor quantidade em textos literários, como a “Demanda do Santo Graal” e as obras de Fernão Lopes.

Comparando-se os dados dessas duas épocas, atual e arcaica, comprovamos a existência de um fenômeno comum entre elas: o emprego do pronome tônico de 3ª posição em função acusativa.

Por ser um dos traços mais característicos do português do Brasil, o uso de *ele* e suas variantes como um acusativo despertou a atenção de diversos gramáticos, filólogos e dialetólogos. As opiniões de tantos estudiosos, com abordagens tão diferentes, como era de se esperar, divergiram tanto com relação à origem do fenômeno, quanto à época do seu aparecimento e, principalmente, se ele representou uma inovação brasileira ou uma conservação arcaica.

Tais estudos limitam-se ou a “provar” a continuidade do fenômeno arcaico (*ele acusativo*) por meio de exemplos, ou a atestá-lo como uma inovação brasileira através de gráficos estatísticos que registram o seu surgimento, neste século, no século XVIII ou no XIX.

Faltaram, porém, estudos que aprofundassem mais o assunto, que discutissem a natureza do pronome *ele* e sua origem. É o que pretendo fazer, pois é possível que o

esclarecimento de muitas das questões que envolvem o *ele acusativo* atual esteja aí, no estudo das funções primitivas desse pronome, como demonstrativo, na observação atenta de suas propriedades formais herdadas do demonstrativo *ille* latino e flexões.

As questões que ainda persistem, sem respostas convincentes, são:

* Para os que consideram o fenômeno como inovação brasileira:

Como explicar a origem do *ele acusativo*?

Seria uma falsa analogia a partir do emprego sujeito diante de um infinitivo complemento de um outro verbo (Mário Marroquim, 1934)? Ou seria consequência do desaparecimento da preposição *a* do dativo enfático (Paiva Boléo, 1943)? Estaríamos diante de uma inovação de estrutura, dissociando o pronome de terceira pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais (Mattoso Câmara, 1972)? Ou ainda seria cabível simplesmente dizer que o pronome *ele acusativo* veio em substituição ao *o* - em extinção na língua portuguesa do Brasil - como se esse recurso surgisse do nada, na boca do falante?

* Para os que consideram o fenômeno como um arcaísmo sintático:

Como entender a posição de lingüistas notáveis tais como, Said Ali (1931), Antenor Nascentes (1936), e Mattoso Câmara (1972) dentre outros, que afirmam serem os exemplos arcaicos acusativos enfáticos, sem ligação histórica com o emprego atual? Como explicar a presença do *ele acusativo* no período arcaico?

Partindo da hipótese de que o fenômeno é mais antigo na língua do que nos diz a literatura, de que remonta a períodos muito anteriores ao início do século XIX, como o propõe Nunes (1993), ou ao XVIII, como revelam as estatísticas apresentadas em trabalhos de orientação variacionista, pretendo, analisando dados de duas épocas, a atual e arcaica, argumentar que a pretensa mudança, proposta pelos lingüistas contemporâneos, pode, na verdade, ser considerada a continuação de um fato já existente nos primórdios da língua, que vem através dos séculos tomando força e adquirindo um lugar no vernáculo atual. Pretendo, ainda, fornecer elementos que justifiquem a presença deste fenômeno no período de formação da nossa língua e na fase atual.

Para o português do Brasil existe hoje um grande número de estudos referentes ao emprego do *ele acusativo*. Quanto ao português arcaico são escassos os estudos a respeito desse assunto. Assim, dados arcaicos como os de (7) a (10) passaram despercebidos pela maioria dos estudiosos. Os exemplos analisados por eles são extraídos de obras literárias e por isso considerados enfáticos e sem influência na evolução da língua.

Diante disso são objetivos desse trabalho:

⇒ Em primeiro lugar, mostrar, contrariamente ao que se acredita, a existência do *ele acusativo* sem matiz enfático, no português arcaico. Uma parte do “corpus” foi composta, então, de documentos notariais que revelaram um emprego não enfático do *ele acusativo*. Por conseguinte demonstrou-se a relevância dos documentos notariais para os estudos de sintaxe histórica.

- ⇒ Discutir a origem latina do pronome de terceira pessoa português e buscar nessa língua elementos que “justifiquem” a forte presença desse pronome em todas as funções sintáticas, inclusive a de objeto direto, no período arcaico e no atual.
- ⇒ Enfatizar que o chamado pronome de terceira pessoa é reconhecidamente uma criação românica. Se voltarmos ao latim verificaremos, nessa língua, a presença de apenas dois pronomes pessoais, os correspondentes aos nossos *eu* e *tu*. A terceira posição veio a ser ocupada pelo demonstrativo latino *ille*. Essa inovação ou seja, a implementação de um demonstrativo para ocupar a terceira posição ao lado dos outros dois pronomes pessoais poderia ser a responsável pela não-sedimentação semântica, sintática e morfológica, por um lado do *ele* e suas flexões como caso reto apenas - pois ele se estende ao acusativo e às outras funções sintáticas - e, por outro lado, do *o* e suas flexões como objeto direto.
- ⇒ Reconhecer no pronome *ele*, como já sugerido para o português do Brasil por Mattoso Câmara (1972), uma maior proximidade deste em relação a outros Nomes, como os substantivos e demonstrativos, ou seja, seu distanciamento dos outros pronomes pessoais. Esse autor (op. cit.:49) fala-nos da dissociação do pronome *ele* do sistema casual dos pronomes pessoais como uma inovação brasileira, porém, o trabalho apresentado aqui procura mostrar que tal dissociação é um arcaísmo sintático. A tendência da linguagem coloquial do português brasileiro contemporâneo parece ser de manutenção da forma *ele* e suas variantes com o mesmo estatuto morfo-sintático de um Nome, já que não apresenta flexão

de caso, como os outros pronomes pessoais e pode ocupar todas as funções sintáticas.

⇒ Em seguida, mostrar o caráter sistemático do emprego do *ele* no período arcaico e traçar um paralelo com o uso brasileiro contemporâneo, a partir do estudo de Mattoso Câmara (1972), que se refere à existência de um subsistema na linguagem oral brasileira contemporânea, composto dos pronomes de 3ª posição em que as funções nominativas e acusativas são representadas pela mesma forma: *ele (ela, eles, elas)*. Se este subsistema realmente existiu no período arcaico tal como os dados levantados para esse período o sugerem, o esclarecimento das questões levantadas, concernentes ao fenômeno, e ainda não respondidas satisfatoriamente, não é recente, mas remonta à língua antiga e ao latim.

Os estudos variacionistas que trataram do tema recuaram apenas até o século XVIII. Há, no entanto, segundo Bynon (1993), um espaço de tempo ideal ('an optimal time-lapse') de quatro ou cinco séculos, que é mais favorável ao estudo da mudança lingüística. Daí minha intenção de trabalhar com dois cortes sincrônicos de períodos separados um do outro por centenas de anos e verificar se, para esse fenômeno, houve mudança ou retenção através do tempo (Bynon,1985). Segundo esta autora, a lingüística histórica procura investigar a maneira pela qual as línguas mudam ou preservam suas estruturas com o passar do tempo.

Minha pesquisa se insere, portanto, do ponto de vista diacrônico, no quadro dos estudos lingüísticos historicistas que vêm tratando de mudanças e retenções nas línguas, como, Bynon (1985 e 1993), Leal (1992) e Seabra (1994).

Apresentarei, a seguir, o *corpus* no qual o presente trabalho se baseará e no capítulo 2 a posição dos estudiosos que procuraram explicar o fenômeno, que vem sendo analisado desde o começo do século.

1.2 O Corpus

1.2.1 Apresentação e comentários gerais

O *corpus* em que se baseia o presente trabalho é composto por dados da fase arcaica do português¹, por dados do português brasileiro atual e apresentam-se também alguns dados de dois dialetos portugueses contemporâneos: um falado por pescadores, na região de Lagos (Algarve) e outro na ilha da Madeira (Câmara de Lobos).

Os dados arcaicos foram extraídos, em sua maioria, de documentos notariais portugueses. A cronologia dos textos varia do século XIII² ao século XVI. A relação abaixo contém os documentos utilizados, o século a que pertencem e as fontes consultadas:

SÉCULO	TEXTO	FONTE
XIII - (1206)	NOTÍCIA DE TORTO (NT)	REVISTA LUSITANA (1914)
XIII - (1264/1270)	FOROS E COSTUMES DA CIDADE DE ÉVORA (<i>foros e costumes</i>)	PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA - LEGES E CONSUETUDINES (1868)

¹ Mattos e Silva (1989: 15) dá como limites cronológicos da fase arcaica os períodos situados entre o século XIII e XV.

² Mattos e Silva (op. cit.: 20) propõe “o início do século XIII como o momento histórico a partir do qual a língua portuguesa e sua literatura podem ser estudados empiricamente.”

XIII	<i>FOROS DE CASTELO RODRIGO (FCR)</i>	<i>A LINGUAGEM DOS FOROS DE CASTELO RODRIGO, CINTRA (1959)</i>
<i>XIII ao XV</i>	<i>DOCUMENTOS NOTARIAIS (NO 1) (noroeste de Portugal e região de Lisboa)</i>	<i>APÊNDICE DOCUMENTAL - MARTINS (1994)</i>
<i>XIII ao XVI</i>	<i>DOCUMENTOS NOTARIAIS (NO 2) (Galízia e noroeste de portugal)</i>	<i>COLETÂNEA DE CLARINDA MAIA (1986)</i>

Os dados do português brasileiro atual foram coletados de gravações de programas de televisão: entrevistas, programa de debates e de prestação de serviços. Recorreu-se, ainda, a textos de Adélia Prado que retratam o dia a dia das pessoas numa linguagem simples.

Os dados dos dialetos portugueses foram extraídos de Martins (1994).

O tipo de texto a ser trabalhado na fase arcaica representa uma novidade: são textos notariais que até pouco tempo eram considerados inadequados ao estudo de sintaxe histórica. Existia a crença de que esses documentos, em quase sua totalidade, eram cópias de

fórmulas jurídicas pré-existentes. Os estudiosos que se referiram ao fenômeno presente no período arcaico lançaram mão de dados extraídos de textos literários da época. Exemplos da obra de Fernão Lopes (séc. XV) ilustram a maioria dos artigos que tratam deste assunto. Nela pode-se encontrar cerca de 9 ocorrências do *ele acusativo*. Na prosa histórica de Zurara (séc. XV) verifiquei uma ocorrência: “...encomendo *ela* a vos, as quais vos rogo que sempre ajaes em vossa encomenda.¹” Omena (1978:102/103), por sua vez, encontrou 42 exemplos do terceiro pronome tônico como objeto direto na *Demanda do Santo Graal*, a par de 2898 ocorrências do clítico.

A única fonte possível para a pesquisa da fase arcaica da língua é a linguagem escrita e nossos informantes “são os produtores (autores, tradutores, copistas) dos documentos que, elaborados naqueles limites cronológicos, chegaram até o pesquisador atual.” (Mattos e Silva, 1989: 15). É natural, em se tratando de fonte escrita, a ocultação de dados representativos da linguagem oral. Fenômenos como o *ele acusativo* podem estar presentes em alguns documentos e “inexplicavelmente” ausentes em outros do mesmo tipo. Essas lacunas tornam mais árduo o “garimpo” dos dados, ao mesmo tempo que parecem indicar a resistência à transposição de um fato de linguagem oral para um texto escrito. Maia (1986:15) observa, para os documentos notariais, que

“os vários níveis de cultura dos notários e os diferentes graus de conhecimento desse tipo de linguagem socialmente mais prestigiada fazem com que os documentos notariais reflitam, com diferente intensidade, alguns traços dos dialetos e falares locais.” (o grifo é meu)

¹ Lapa (1960: 37)

Os textos arcaicos utilizados se enquadram na documentação não literária medieval. A importância lingüística fundamental dessa documentação, segundo Mattos e Silva (op. cit.: 23), é que ela representa um

“*corpus* que deve reflectir não apenas o dialeto jurídico cortesão, mas também o dialeto jurídico com manifestações dialectais regionais e talvez sociais, graças aos documentos provenientes de vários pontos do reino e escritos por copistas de níveis distintos de instrução, além de proveniências geográficas diversas. É essa documentação a única de que se dispõe para depreender factos da dialectação do português na sua fase arcaica.”

Além disso, os documentos notariais são datados e localizados, o que

“facilita o trabalho do historiador da língua portuguesa e fornece informações que não são hipotéticas quanto à data, como em geral ocorre no estudo da documentação literária.” (Mattos e Silva, op.cit.)

A documentação não-literária pode ser classificada, segundo Cintra (op. cit.:45), da seguinte forma:

“Les principaux anciens textes portugais non littéraires que méritent d’être l’objet d’études linguistiques peuvent être répartis dans les groups suivants: Chartes royales, Chartes privées, Lois locales (*forais* e *foros* ou *costumes*) et Lois générales.”¹

Destes quatro tipos de textos não literários, citados por Cintra, os particulares (chartes privées) deixam transparecer as variações lingüísticas da época:

“Pour les études linguistiques qui ont en vue la différenciation dialectale au moyen âge, ce sont évidemment les chartes privées qui offrent le plus d’intérêt.” (op. cit.: 47)²

Comentaremos, a seguir, cada um dos documentos arcaicos utilizados.

1.2.2 O corpus arcaico

Século XIII

A) A NOTÍCIA DE TORTO

Dentre os inúmeros documentos descobertos nos mosteiros por João Pedro Ribeiro e classificados como privados encontra-se a *Notícia de Torto*.

“Les personnages qui y sont mentionnés permettent de dater cette charte du règne de Sancho I (avant 1211); c’est un brouillon de notaire probablement destiné à être traduit en latin.” (op. cit.: 48)³

Pedro de Azevedo (1914: 204) numa releitura do documento comenta :

“A Notícia é uma minuta ou borrão tomado no decorrer de uma conferência, borrão que depois o notário ou escrivão no remanso do seu gabinete desenvolveria no latim mais ou menos elegante que estava a

¹ “Os principais textos antigos portugueses não literários que merecem ser objeto de estudos lingüísticos podem ser repartidos nos seguintes grupos: documentos reais, documentos privados, leis locais (forais e foros ou costumes) e leis gerais.”

² “Para os estudos linguísticos que têm em vista a variação dialetal na idade média, são os documentos particulares que evidentemente oferecem maior interesse.”

³ “Os personagens que são mencionados aí permitem datar este documento do reino de Sancho I (depois de 1211) ; é um rascunho de notário provavelmente destinado a ser traduzido em latim.”

seu dispor. Como esses oficiais públicos não tinham necessidade nem prática de escrever na língua usual, textos destes são sempre incorretos e bárbaros. A *Notícia de Torto* foi exarada em um pedaço de pergaminho que se guardava no mosteiro de Vairão, no maço Iº dos antigos, nº 45, e está hoje no Arquivo da Torre do Tombo.”

B) FOROS E COSTUMES DA CIDADE DE ÉVORA

Texto do século XIII que traz a seguinte informação sobre sua autoria: “Isto foy feyto e affirmado per Joham Barcelos, alcayde d’Évora, e per Soer Saluadoriz, joizes, e per todo o concelho D’Évora. Era M. CCC. II.”

Segundo Leite de Vasconcelos (1959: 139) o CTCD “é um documento de carácter popular”. Nele podemos encontrar fenômenos lingüísticos que faziam parte do vernáculo daquela época.

c) FOROS DE CASTELO RODRIGO

Os *foros* estudados pertencem à região de Riba-Coa (Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Alfaiates e Castelo Bom) e são leoneses de origem. A base de sua linguagem mista é o galego. Pertence ao século XIII, ano de 1269. Sobre o manuscrito que serviu de base para o texto de Lindley Cintra (1959) ele mesmo nos informa:

“Os Foros ou Costumes de Castelo Rodrigo conservam-se num único manuscrito, guardado actualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, onde tem a cota : Maço 5 de Forais Antigos, nº 4.”

SÉCULOS XIII ao XV

A) NOTARIAIS 1 - Noroeste de Portugal e região de Lisboa

Trata-se de uma compilação feita por Martins (1994). Faz parte de um exaustivo estudo sobre os clínicos na história do português, apresentado em dois volumes. O segundo é um “Apêndice Documental: Documentos Notariais dos Séculos XIII a XV do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”. São 210 documentos de carácter jurídico (documentos notariais) provenientes de duas áreas geográficas (noroeste e região de Lisboa). Sobre eles comenta a autora (1994: IX):

“os documentos, que se distribuem de forma equilibrada no eixo temporal e por área geográfica, constituem uma colecção organizada de modo a constituir uma base para estudos de lingüística histórica, possibilitando enfoques comparativos de pendores diversos.”

SÉCULOS XIII ao XVI

A) DOCUMENTOS NOTARIAS 2 - *Galízia e noroeste de Portugal*

Maia (1986) selecionou alguns dados do *Ele acusativo* em documentos lingüísticos da Galiza e da região portuguesa de Entre-Douro-e-Minho, séculos XIII ao XVI.

1.2.3 O corpus contemporâneo

A) LINGUA ORAL

Esses dados foram coletados em programas de televisão (1987) que exibem entrevistas, aulas de culinária e artesanato. A preocupação formal, do ambiente de gravação, é superada pela importância do conteúdo a ser transmitido a um público eclético. Os assuntos abordados fazem parte do cotidiano e têm de ser transmitidos de maneira clara. Nessas situações temos exemplo de linguagem culta e popular.

B) LINGUA ESCRITA

Textos em prosa da escritora mineira Adélia Prado: *Cacos para um Vitral* (1980) o conto *Sem enfeite nenhum* (1984) e Crônica no jornal *O Tempo* de Belo Horizonte, do dia 21/09/97.

C) DIALETOS PORTUGUESES - LAGOS E CÂMARA DE LOBOS

Em Martins (1994) encontramos informações sobre a ocorrência do fenômeno estudado em dialetos do português contemporâneo e a relação de cinco dados:

“Actualmente, alguns dialectos portugueses dispõem da construção em que o objecto directo pronominal é uma forma tônica (de terceira pessoa). São exemplo disso os dialectos de Lagos (Algarve) e Câmara de Lobos (Madeira)”.

1.2.4 Da Localização Geográfica da Documentação Arcaica

Adicionaremos à presente análise alguns dados de história externa do *ele acusativo*. Embora esclarecedores quanto à continuidade lingüística do fenômeno e sua provável procedência no português lusitano, tais fatos não justificam a permanência dessa construção no português brasileiro, e nem sua ausência no lusitano.

Grande parte dos dados encontrados provêm de documentos do norte de Portugal: Os textos *Notícia de Torto*, *Documentos Notariais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, *Documentos Notariais* coletados por Maia (1986) são do noroeste e os *Foros de*

Castelo Rodrigo provêm da região de Riba-Coa, nordeste de Portugal. Os *Foros e Costumes* pertencem à região de Évora, sul de Portugal

A desigualdade regional na representatividade dos textos reflete um fato histórico de Portugal. O número de documentos produzidos no noroeste de Portugal, no período arcaico (XIII ao XV), é bem superior àqueles produzidos no nordeste e sul do país. Segundo Cintra (1963: 43) “l’ancienneté des textes conservés e leur quantité diminuent très sensiblement du nord au sud”¹ seja pela diferença quantitativa da população ou pelo desenvolvimento econômico de cada região. Prossegue o autor (op. cit.:44)

“Il faut ajouter que, même plus tard, au moment où des chartes sont rédigées dans toutes les régions, le nombre de celles qui nous ont été transmises du nord-ouest et de l’ouest est de beaucoup supérieur à celles de l’est et du sud; c’est une conséquence, dans la région anciennement peuplée, de l’abondance des monastères et des archives où ces chartes ont pû être conservées. J’ajouterai que c’est aussi une conséquence d’une plus grande densité, du peuplement e d’un plus grand morcellement de la propriété. Dans une région où il y a beaucoup de propriétaires et de propriétés, on rédige forcément des chartes privées en grand nombre.

Quant à l’est et au sud il faut dire que le nombre réduit de monastères d’ordres réguliers est compensé jusqu’ a un certain point par l’existence des archives des ordres militaires qui ont été chargés de la colonization d’une grande partie de cette région du Portugal.”²

¹ “a antigüidade dos textos conservados e sua quantidade diminuem muito sensivelmente do norte ao sul”.

² “É necessário acrescentar que, mesmo mais tarde, no momento em que os documentos são redigidos em todas as regiões, o número daquelas que nos foram transmitidas do noroeste é bem superior àquelas do leste e do sul; é uma consequência, na região antigamente povoada, da abundância de mosteiros e de arquivos onde esses documentos puderam ser conservados. Eu acrescentarei que é também uma consequência de uma

O norte de Portugal foi a região portuguesa que mais contribuiu para o povoamento do Brasil, nos primeiros anos da colonização.

“Os emigrantes vinham sobretudo de Portugal, com o noroeste e a Beira a produzirem os maiores contingentes. (...) Estudos baseados nos registos da Inquisição para 1591 - 1593 indicam que o maior grupo de emigrantes portugueses no Brasil provinha do norte de Portugal e que Lisboa e a província do Alentejo também contribuíam com números avultados”. (Oliveira Marques, 1984: 237)

Joel Serrão (1971: 374) nos dá as seguintes informações:

“Embora insuficientes as indicações acerca da procedência regional dos portugueses que aqui se fixaram, parece certo que na área açucareira do nordeste predominaram os minhotos, que eram tão numerosos em Pernambuco que um cronista afirma que aí se tinha por hábito clamar “aqui de Viana!” onde outros diriam “aqui de d’el -rei!”. No sul, entretanto, os durienses e os beirões concorriam em número com os minhotos e trasmontanos, sendo, porém, no norte e no sul diminuta a população de origem algarvia. O facto incontestável da predominância de imigrantes das províncias do norte de Portugal não tem relação com a composição étnica dos seus habitantes - com um maior contingente de nórdicos, pioneiros e migradores -, mas com a circunstância da densidade populacional das referidas províncias.”

Lê-se no livro de Serafim da Silva Neto, *“Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil”* (1963: 49):

maior densidade do povoamento e de uma maior divisão da propriedade. Numa região onde há muitos proprietários e propriedades, se redige forçosamente documentos particulares em grande número. Quanto ao leste e ao sul, é necessário dizer que o número reduzido de mosteiros de ordens regulares é compensado, até um certo ponto, pela existência de arquivos de ordens militares que foram encarregadas da colonização de uma grande parte dessa região de Portugal.”

“Escreve Oliveira Viana:

“Demais o grande centro da formação das correntes emigratórias que se dirigem para o Brasil, é o norte da Península: são o Minho, o Douro, as duas Beiras, o Trás dos Montes que fornecem, em todos os tempos, os colonizadores da nossa terra. Só no vale amazônico parece preponderar uma colonização de origem meridional, principalmente do Alentejo, como já vimos, e mestiçada de sangue semita” (ob. Cit., pág. 130).

48 - Uma lei portuguesa, estatuída a 20 de março de 1720, dizia: “Não tendo bastado as providências dos Decretos de 26-11-1709 e 19-2-1711 para obstar a que do reino passe ao Brasil a muita gente que todos os anos dele se ausenta, mormente da província do Minho, que sendo tão povoada, já não tem a gente necessária para a cultura das terras ...” (citado em A. Medeiros, O Brasil, 1875, pág. 59). Talvez documentos semelhantes tivessem levado Mário Marroquim ao exagero oposto, escrevendo que os matutos alagoanos e pernambucanos são herdeiros diretos da língua dos colonos minhotos do século XVI.”

Sendo os nortistas portugueses os primeiros e mais numerosos colonizadores do nosso país, é natural que a língua dos primeiros tempos fosse eivada de características dessa região de Portugal. Entre as particularidades, que parece ter vindo do noroeste de Portugal e que se fixou no Brasil, está o emprego do *ele acusativo*.

Martins (op. cit.: 202 e ss.) observou este fato ao analisar documentos não-literários do noroeste de Portugal e região de Lisboa. Ela constata o mesmo nos dados de Maia (1986: 667):

“Do ponto de vista geográfico é de notar que só encontramos exemplos desta construção”- (*ele-acusativo*) - “em documentos do noroeste de Portugal, não aparecendo um único exemplo na região de Lisboa.”

A seguir apresentar-se-á a resenha bibliográfica.

CAPÍTULO 2

Resenha bibliográfica

2.1 Emprego do pronome ele e suas flexões em função acusativa: arcaísmo ou brasileirismo?

O fenômeno aqui enfocado chamou a atenção de vários estudiosos por se tratar de um fato sintático documentado em, pelo menos, dois períodos da língua portuguesa. Essa permanência do emprego do pronome reto de terceira pessoa em função acusativa nos períodos arcaico e atual tem sido o principal argumento para que alguns lingüistas classifiquem o fenômeno como um arcaísmo sintático ou nas palavras de Silveira Bueno (1955) “conservações de bons empregos vernáculos daqueles tempos.” (Ele se refere à época do descobrimento.)

Paulo de Azevedo (1926:357) diante de exemplos arcaicos do pronome tônico de terceira pessoa em função acusativa concluiu: “nem sempre se conservou nítida a noção deste caso (reto) na língua arcaica. Assim é que o vemos exercendo, assaz de vezes função de objeto direto, ou caso oblíquo próprio do acusativo.” José de Sá Nunes (1938:160) analisando trechos arcaicos onde os pronomes retos eram empregados como complementos diretos esclarece: “... eram, primitivamente, formas retas e oblíquas ao mesmo tempo.”

Para os partidários do arcaísmo, o emprego do pronome *ele* como objeto direto, observado por eles no dia-a-dia, tem evidente ligação histórica com aquele do período arcaico. Eles resumem em poucas palavras suas posições: “antiga tradição da língua” (Pereira, 1927:452), “sintaxe do português popular do Brasil coincidente com a língua do século de quatrocentos” (Gladstone, 1946:79), “velhos lusismos desaparecidos do português europeu atual” (Coutinho, 1954:354), “fato histórico do nosso idioma” (Silveira Bueno, 1955:212), “formas clássicas” (Rui Barbosa, apud Nascentes, 1953:120) e outras expressões.

Opondo-se a estes encontra-se um grupo de estudiosos para quem o fato de existirem exemplos desse emprego em época atual e arcaica, não significa obrigatoriamente haver ligação histórica entre eles. O fenômeno é, considerado por eles, uma criação brasileira. Referem-se às ocorrências arcaicas como acusativos enfáticos, dentre outros: Said Ali (1931:95), Antenor Nascentes (1953:120 a 127), Mattoso Câmara (1972:48) e Mattos e Silva (1993:103).

Martins (1994), não obstante atestando em seu ‘corpus’ formas onde “a ênfase não está em causa”, admite que

“ainda que tenhamos a mesma construção no português medieval e no português do Brasil, isso não implica que haja necessariamente continuidade histórica, pois, a mesma construção pode ter-se desenvolvido independentemente (e em momentos diferentes) nas duas áreas.”

Um dos mais ardorosos defensores deste emprego como brasileirismo é Antenor Nascentes. Em seu livro *O Linguajar Carioca* (1953: 120 a 127) ele compara diversas

opiniões e se declara favorável àquelas de Jorge Daupias e Amadeu Amaral. Ambos acreditam na falta de ligação histórica entre o fenômeno atual e o seu similar arcaico.

Daupias explica o emprego brasileiro, da época do descobrimento, como um recurso de substituição ao oblíquo:

“Trata-se simplesmente de pronome átono, surdo e breve em demasia para os falares primitivos das raças que, no Brasil, foram obrigadas a aprender português” (Daupias, apud Nascentes, 1953).

Pereira (1927:452) chama a atenção para esse aspecto fonético do pronome oblíquo de 3ª pessoa:

“Este acusativo, sobre fraco, é ainda atenuado na pronúncia brasileira, de sorte que se tornam obscuras ou ambíguas certas frases de uso frequente, tais como: *vi-o*, *vi-a*, eu *o* *vi*...”

Contrariamente, porém, a Daupias ele admite o emprego atual do pronome tônico como “antiga tradição da língua” a que o brasileiro recorre para “sanar” a dificuldade em relação ao uso dos oblíquos de 3ª posição.

Enquanto existe polêmica em relação ao aspecto histórico do fenômeno o mesmo não acontece com respeito à abrangência social do mesmo. Há concordância geral que o emprego do pronome *ele* como acusativo - os autores se referem à época contemporânea a eles - “é um traço geral típico do português oral de todos os níveis sociais no Brasil” (Mattoso Câmara, 1972:48), “se encontra na boca de pessoas ilustradas e na própria literatura” (Paiva Boléo, 1943:33 e 34)) e ainda na “linguagem familiar de cidadãos

escolarizados que tiveram a oportunidade de aprender a forma oblíqua.” (Nascentes, op. cit.)

Luis Carlos Lessa em seu livro *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa* (1966 :76 a 91) sem entrar no mérito da questão, arcaísmo ou brasileirismo, considera

“o uso dos pronomes retos - sobretudo os da terceira pessoa - em função objetiva como uma das construções que, atualmente, mais caracterizam a sintaxe da língua falada brasileira, já tendo atingido, como é notório, todas as classes sociais.”

Ele segue dando exemplos “relativamente numerosos” (cerca de 15) dessa sintaxe extraídos das obras de Mário de Andrade e José Lins do Rego.

José de Sá Nunes (1938:138) fala do ambiente propício para tal emprego:

“a 3ª pessoa do singular e do plural é muito mais comum que as outras, pois a emprega como complemento quase toda a gente no falar despreocupado, na conversação familiar, no trato social e, até, algumas vezes, na linguagem literária”.

Francisco da Silveira Bueno (1955:210 e 211) reconhece este emprego “... na língua familiar e viva da sociedade.”

Dentre os autores que tomam por base uma construção portuguesa para dela derivar a brasileira, está Paiva Boléo (1943):

“Trata-se, mais uma vez, de hesitações populares que atingiram outras camadas. A distância entre estas construções e a de Portugal não é, no entanto, tão grande como parece à primeira vista. Da

construção reforçativa “leve-a *a ela*, derruba-o *a ele*, escreveu-nos *a nós*”, que são correntes no português europeu, não era difícil chegar à construção reduzida “derruba *ele*, escreveu *a nós*”. É de notar que este tipo de construção já o ouvi na boca de crianças portuguesas de pouca idade.”

Paiva Boléo é contestado por Mattoso Câmara (op. cit.) que não acredita que de um dativo enfático de pouca frequência se origine o uso brasileiro espontâneo e constante. O mesmo afirma Nascentes (op. cit.).

Esta construção reforçativa, segundo Boléo, ou enfática, nas palavras de Said Ali e Mattoso, encontrada no período arcaico e no português europeu atual, foi cuidadosamente estudada por Martins (1994) e comparada a outras da mesma época. Segundo ela, existia, no português medieval e clássico, além da construção reforçativa do tipo “derruba-o *a ele*” duas outras alternativas:

“1) uma construção alternativa à construção de redobro (isto é, permitindo construir frases semanticamente equivalentes às que apresentavam redobro do clítico); nesta construção, a posição do objeto direto era preenchida por qualquer uma das formas oblíquas dos pronomes pessoais tônicos (não precedidos de preposição)” (...) “derribarom *ele* e o cavalo (Mateus, 1980: 32) = derribarom-no *a ele* e ao cavalo, conhece ty mesmo (Silva Dias, 1918: parag. 66.b.2.2) = conhece-te *a ti* mesmo, subjugam sy mesmos (Said Ali, 1908: parag. 456) = subjugam-se *a si* mesmos, Segure mim e meus portos (Said Ali, op. cit.) = segure-me *a mim* e aos meus portos.”

“2) uma construção alternativa àquela em que a posição de objeto direto era ocupada por um clítico acusativo, essa segunda construção admitia em posição de objeto direto os pronomes tônicos de

terceira pessoa *ele, ela, eles, elas*” (...) “... e as justiças ñ agrauen *eles* cõtra sas forças (NO 1, XIV), ... que esta carta encomêdei a fazer *ela* dâte homees cõ mas maos roboro (NO 1, XIII).” (...)

“As duas construções davam origem a frases superficialmente idênticas quando o pronome complemento era uma forma de terceira pessoa (dada a indistinção, neste caso, entre formas retas e oblíquas)”.

As observações da especialista em textos arcaicos parece nos indicar que os partidários do fenômeno como brasileirismo estão considerando apenas um tipo de construção com pronome tônico acusativo: a enfática, como existente no português arcaico. E, segundo eles, dessa construção não se originou o nosso emprego “espontâneo e constante”.

Silveira Bueno (1955:212), tendo em mãos numerosos exemplos arcaicos do *ele acusativo*, explica a construção portuguesa moderna de objeto direto preposicionado como derivada da do período arcaico:

“A língua clássica passou a antepor a tais pronomes retos em função objetiva a preposição *a*: ver *a ella*, conhecer *a elle*, etc. Tal sintaxe ainda é corrente no português moderno e todos a têm como correta.”

José de Sá Nunes (1938:159) já havia observado que

“com a disciplina gramatical, os pronomes oblíquos idênticos aos pronomes retos - *ele, ela, eles, elas, nós, vós* - começaram de ser usados com preposição.” (...) “No período anterior à disciplina gramatical, o português tinha a forma *el* ou *ell* para sujeito da 3ª pessoa do singular, e *elle* tanto servia de sujeito como de objeto direto”.

Mário Marroquim (apud Nascentes) vê nesta construção

“uma falsa analogia, porque, no Brasil é habitual o emprego do caso-sujeito diante de um infinitivo complemento de um outro verbo; partindo-se do modelo - “mandou *ele* fazer” - ter-se-ia criado “mandou *ele*”, sem infinitivo fazer”.

Há os que responsabilizam a tendência analítica do português pelo uso do pronome *ele* e suas flexões como objeto direto. Antenor Nascentes (op. cit.) observa:

“A flexão casual, que tanto sofreu na passagem do latim para o português, foi acolher-se nos pronomes como último refúgio e lá mesmo não a deixou em paz a tendência destruidora popular”.

Clóvis Monteiro (1959 : 67) também considera o fenômeno fruto da “tendência analítica que da origem trouxe a nossa língua”.

Em síntese, as opiniões se dividem em relação à origem do fenômeno *ele acusativo*. A princípio, numa visão superficial da questão, detectamos a divisão arcaísmo x brasileiro. Porém, numa observação mais atenta dos dois grupos e selecionando os autores que abordaram os exemplos arcaicos, presentes nos manuais de gramática, podemos chegar a uma segunda divisão: de um lado os que consideram o acusativo arcaico como proveniente da forma oblíqua *a ele*, com ou sem redobro do clítico; do outro os que tomam a forma reta como o ponto de partida para o *ele acusativo* arcaico. De fato, no período arcaico, é possível verificar essas duas estruturas que serviram como base para a dupla interpretação dos estudiosos em questão. É oportuno repetir aqui as palavras de Martins (1994):

“as duas construções davam origem a frases superficialmente idênticas quando o pronome complemento era uma forma de terceira pessoa (dada a indistinção, neste caso, entre formas retas e oblíquas)”.

Divisão dos autores segundo suas posições em relação ao uso do pronome *ele* em função acusativa

Quadro I

ARCAÍSMO	BRASILEIRISMO
Paulo de Azevedo (1926)	Mário Marroquim (1934)
Eduardo Carlos Pereira (1927)	Paiva Boléo (1943)
Othoniel Mota (1935)	Jorge Daupias (apud Nascentes, 1955)
Souza da Silveira (1937)	Antenor Nascentes (1955)
José de Sá Nunes (1938)	Mattoso Câmara (1972)
Gladstone Chaves de Melo (1946)	Amadeu Amaral (1976)
Ismael de Lima Coutinho (1954)	Ana Maria Martins (1994)
Silveira Bueno (1954, 1955)	
Epiphânio Dias (1959)	
Cláudio Brandão (1963)	
Clarinda Maia (1986)	

Paiva Boléo, Jorge Daupíás, Mário Marroquim e Amadeu Amaral, todos pertencentes à segunda coluna do quadro I - brasileirismo - não se referiram aos dados arcaicos.

Merece destaque especial o estudo feito por Mattoso Câmara *Ele como acusativo no português do Brasil* (1972). Este artigo foi o único a analisar o problema sob todos os aspectos: morfológico, sintático e semântico. Sob uma visão estruturalista, revê posições e reformula o problema “dando-lhe uma nova solução que não se acrescenta às três outras (Paiva Boléo, Mário Marroquim e Souza Silveira), mas que as ultrapassa, colocando-se num outro plano de interpretação.” O autor não vê ligação entre o emprego atual e o arcaico pois,

“o português arcaico não oferece senão exemplos esporádicos nos casos de ênfase, enquanto que no Brasil nós nos prendemos a uma sintaxe espontânea e constante.” (Mattoso Câmara, 1972: 48)

A nova solução proposta por Mattoso Câmara é considerar o pronome *ele* sintaticamente invariável, exatamente como os nomes e os demonstrativos. Esta reanálise do pronome *ele* tornou-o desprovido de flexões casuais: “Diz-se, portanto, *ele* anda, vejo *ele*, exatamente como Pedro anda, falo a Pedro, vejo Pedro, em vez de *ele* anda, falo-*lhe* ou falo *a ele* e vejo- *o* ... (Idem, 49)

Esta inovação de estrutura detectada por Mattoso Câmara está diretamente apoiada numa questão histórica:

“*Ele* já se associava aos demonstrativos e aos nomes pelo fato de ser uma forma-base à qual se acrescentavam desinências do feminino e

do plural inteiramente semelhantes às dos demonstrativos e dos nomes (*ele, -a, -es, -as* ao lado de *este, -a, -es, -as* e de *lobo, -a, -os, -as*) enquanto que *eu* e *tu* não têm gênero e têm plurais heteronímicos (*eu : nós, tu : vós*)”. (op. cit. 49 e 50)

Além de herdar esse aspecto formal, citado acima, do demonstrativo *ille*, herdou também o aspecto semântico. Mattoso Câmara acrescenta mais essa característica do pronome *ele* :

“Além disso, sob o aspecto semântico geral, o pronome de terceira pessoa está ligado aos nomes dos quais ele é um substituto; ao contrário, os pronomes da primeira e da segunda pessoa não se referem a um nome, mas diretamente às pessoas do discurso”.

Diante desse quadro Mattoso Câmara conclui: “O que se vê, então, é apenas um demonstrativo, como em latim.”

Após apresentar a situação atual do pronome *ele*, o autor procura explicar o que se passou nos outros setores do português brasileiro para que se pudesse preparar “a consolidação de uma forma *ele* sintaticamente invariável”. Ele cita dois fatores:

1. Primeiro houve “um fato fonético que consiste em dois traços fonéticos entrelaçados”. O fato fonético “é a tendência do pronome regime átono *de*, ao lado do verbo, ficar sempre proclítico na língua oral do Brasil”. Essa próclise sistemática, preferida à ênclise, parece resultar de um segundo traço: a intensificação da primeira consoante do vocábulo fonético, que nele funciona como um corte da cadeia falada. Daí resulta, segundo ele, uma das principais diferenças entre o português brasileiro e o europeu: “a pronúncia portuguesa tende a incorporar as palavras acessórias à palavra principal, delas fazendo uma

espécie de sufixo numa palavra morfológicamente complexa...” . A ênclise é a regra no português de Portugal. Já no Brasil a próclise do pronome complemento *o* (e suas variantes *a, os, as*) leva a um outro fenômeno - a aférese - já que no “vocábulo fonético começando por uma vogal, o corte fonético cai sobre a consoante da sílaba seguinte e, por causa disso, a sílaba inicial fica ainda mais enfraquecida.” (Mattoso Câmara : 50, 51)

2. O segundo fator citado por ele é o uso frequente da terceira pessoa ao nos dirigirmos ao interlocutor com o emprego de você (tratamento familiar) e de senhor (tratamento respeitoso), como pronomes do quadro morfológico da terceira pessoa, firmando-se no lugar de *tu* e de *vós*. Este fato colaborou para uma outra reestruturação: “desenvolvemos o emprego de *lhe* para o caso regime, tanto dativo quanto acusativo de você e senhor.

Com a substituição do *o* por *ele* - que, segundo Mattoso Câmara, aconteceu devido à aférese do *o* - o autor esboça o seguinte quadro:

“temos para o sujeito falante e para o sujeito ouvinte um sistema pronominal - caso sujeito *eu*: caso regime átono *me*; caso sujeito *você* ou *senhor* : caso regime átono *lhe*, mas para a terceira pessoa, a palavra fixa *ele*, que tanto pode ser um nominativo como um acusativo, exatamente como os nomes e os demonstrativos e, como eles, é introduzido por uma preposição para o dativo (*a ele*) e o genitivo (*dele*)”.

Há autores que parecem reconhecer, já no período arcaico, esta invariabilidade do pronome *ele*, sugerida por Mattoso Câmara para o português atual. José de Sá Nunes (op. cit.) ao observar que este pronome, na forma nominativa, tanto servia como sujeito

quanto de objeto na época arcaica, responsabiliza a falta de disciplina gramatical da época por essa invariabilidade.

Maia (1986:667), estudando documentos arcaicos não literários galegos e do noroeste de Portugal, se pronuncia diferentemente de Mattoso Câmara no que diz respeito à ênfase das construções arcaicas com *ele acusativo* e defende a ligação histórica entre o emprego arcaico e o atual. Não sendo uma inovação brasileira, segundo ela, não será também uma inovação estrutural:

“ Quase todos os exemplos recolhidos são do século XIII e, esporadicamente, do início do século seguinte e não parece descobrir-se neles qualquer valor enfático. Esse valor também não parece estar presente nalguns dos exemplos já conhecidos do antigo galego-português. Creio que não podem separar-se estes exemplos da fase antiga da língua de uma construção paralela existente no português do Brasil. Não me parece que se trate de uma inovação “brasileira”. A explicação estrutural proposta por Mattoso Câmara é válida também para o antigo galego-português: já nesse período da história da língua, ao lado da conservação do sistema casual dos pronomes pessoais (cf., por exemplo, *eu, me, mim; ele, lhe, o*, etc.), podiam as formas tônicas apresentar-se como invariáveis do ponto de vista sintático, desempenhando funções de diversos complementos, quando regidas de preposição, e funções de complemento direto, neste caso sem subordinação a qualquer preposição. A abundante documentação acima fornecida parece permitir comprovar que, efetivamente, esse uso foi freqüente nessa fase da língua. O sistema que acabou por sobreviver em português foi o de tipo casual; o português do Brasil revela um compromisso entre os dois tipos estruturais, à semelhança do que acontecia no antigo galego-português.” (pp. 667-668)

2.1.1 Comentários

Diante da presença de exemplos do fenômeno encontrados na língua arcaica por filólogos, gramáticos e pesquisadores e da opinião segura dos mesmos (Paulo de Azevedo, Gladstone, Ismael de Lima Coutinho, Silveira Bueno, José de Sá Nunes, Clarinda Maia e outros) não vejo como não estabelecer a ligação histórica entre o uso arcaico e o atual. Muitos dos exemplos com a construção pronominal nominativa no lugar da acusativa são verdadeiramente enfáticos, como afirma Mattoso Câmara (op. cit.), mas outros tantos não o são, como contestam Maia (op. cit.) e Martins (op. cit.).

Segundo esta última autora, no período arcaico é possível detectar dois tipos de estruturas que deram origem ao *ele acusativo* desse período: uma em que o pronome tônico oblíquo de terceira posição, “antes” regido da preposição *a* (construção denominada redobro do clítico por *uns* ou acusativo enfático por outros), encontra-se nos textos arcaicos sem preposição devido à queda desta; e outra em que o *ele acusativo* é resultante do emprego do pronome reto, caracterizando a liberdade que esse pronome dispunha para ser empregado em ambas as funções.

Podemos aproximar a segunda construção, apontada por Martins (1994) para o português arcaico, da descrita por Mattoso Câmara (1972) para o português do Brasil:

“Esta construção arcaica admitia em posição de objeto direto os pronomes tônicos de terceira pessoa *ele, ela, eles, elas* como se eles fossem invariáveis.”

Trata-se, ao que parece, de duas possibilidades de origens para o fenômeno *ele acusativo*: a origem oblíqua e a origem reta. Dentro desse ponto de vista é possível classificar a posição dos autores citados quanto à origem oblíqua ou reta do pronome de terceira posição no período arcaico.

Opinião dos autores a respeito da origem oblíqua ou reta do *ele acusativo* no período arcaico

Quadro II

<i>ele acusativo</i> < A ELE 'Pronome oblíquo Tônico'	<i>ele acusativo</i> < ELE 'Pronome Reto', 'Forma invariável'
Said Ali (1931)	Paulo de Azevedo (1926)
Joseph Huber (1933)	Eduardo Carlos Pereira (1927)
	Othoniel Mota (1935)
Epiphânio Dias (1959)	José de Sá Nunes (1938)
Cláudio Brandão (1963)	Silveira Bueno (1954 e 1955)
Mattoso Câmara (1972)	Ismael de Lima Coutinho (1954)
Mattos e Silva (1993)	Gladstone Chaves de Melo (1975)
	Clarinda Maia (1986)

Há autores, como Paiva Boléo, que querem derivar a construção popular acusativa: “derruba *ele*” da construção preposicionada portuguesa culta: “derruba-o *a ele*” pela omissão da preposição *a*. Segundo o parecer do autor, a língua oral, representada pelo

primeiro exemplo, resultou da corrupção da língua escrita, segundo exemplo. Contrariamente se exprimem José de Sá Nunes e Silveira Bueno: ambos concluíram que, com a disciplina gramatical os pronomes oblíquos, idênticos aos pronomes retos, começaram a ser empregados com preposição.

O fenômeno configura-se-me como uma retenção sintática, sem interrupção, na língua oral. A explicação estrutural proposta por Mattoso Câmara (1972) para o português brasileiro, se transposta para o português arcaico, confirma esta hipótese. A falta de integração da nova forma (terceira pessoa) no fundo semântico dos pronomes pessoais e também a ausência de integração morfológica, defendida pelo autor para o português falado atualmente no Brasil, já aparece, a meu ver, no período arcaico. Através de dados do fenômeno, documentados neste período, parece-nos viável buscar os elementos responsáveis por este emprego em época anterior à arcaica.

As condições específicas do Brasil, citadas por Mattoso Câmara - aférese do pronome *o* proclítico e o uso de você e senhor como pronomes sujeitos do quadro morfológico de terceira pessoa - que levaram à “consolidação de uma forma *ele* sintaticamente invariável” existem e são fatores que fortalecem ainda mais a ocorrência do pronome reto de terceira pessoa em função acusativa no Brasil. A tese defendida pelo autor não vai de encontro à hipótese de retenção. Pelo contrário, ela se confirma quando ele diz: “O que se vê, então, é apenas um demonstrativo, como em latim.”

2.2 O emprego do pronome *Ele* e suas flexões em função acusativa : *outras abordagens*

2.2.1. *As propostas centrais*

O fenômeno em questão vem sendo também muito estudado recentemente. Pesquisadores de orientação variacionista e gerativista ao tratarem dos clíticos de terceira pessoa, são levados a incluir, em suas análises, a problemática do *ele acusativo*.

Dentre os variacionistas podemos citar : Omena (1978), Duarte (1986), Decat (1989), Castilho (1989) e Malvar (1992); os gerativistas são: Galves (1987), Cyrino (1993), Nunes (1993) e Pagotto (1993). Desses, os que fizeram uma abordagem diacrônica serviram-se de ‘corpora’ dos séculos XVIII ao XX. Apenas Omena (1978) aventurou-se pelo período arcaico recorrendo a textos da Demanda do Santo Graal e a trechos de Fernão Lopes. Os exemplos recolhidos, neste período, permitiu-lhe concluir “não ser exclusivamente de hoje tal emprego na fala dos usuários do português, com reflexos na literatura do português arcaico” (pág. 3). Esta autora reacende, com a sua volta ao período arcaico, a velha polêmica da “nacionalidade” do fenômeno: criação brasileira ou conservação de lusismo. Os outros autores, por trabalharem sob uma perspectiva sincrônica ou diacronicamente com recuo de poucos séculos - e, principalmente por focalizarem, como objeto de estudo, o clítico acusativo, ignoraram tais dados. Para eles, o fenômeno é um brasileirismo, visto que, a existência da construção acusativa do 3º pronome tônico está diretamente ligada à perda dos clíticos no português brasileiro. Segundo Cyrino (op. cit.:

165) “a ocorrência de pronomes lexicais em posição de objeto começa a aparecer nos dados a partir do século XIX.”, exatamente quando se detecta a queda na ocorrência dos clíticos nas estatísticas apresentadas por esses autores para o português brasileiro.

Um dos pontos em comum observado na maioria desses trabalhos é o fato de todos relacionarem a ocorrência de pronomes tônicos (e aí se inclui o *ele acusativo*), SN's plenos, objetos nulos à queda da ocorrência dos clíticos *o, a, os, as*. A hipótese geral é a da substituição.

É de concordância geral que o “português brasileiro está passando por um processo de perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa” (Nunes, 1993:207) “chegando à sua extinção na gramática do português falado” (Pagotto, 1993:187). Como consequência tem-se o preenchimento do espaço vazio por pronome tônico, SNs anafóricos ou categoria vazia. Alguns gerativistas tais como Cyrino (1993) e Nunes (1993) localizam no século XIX esta mudança por que passou o sistema pronominal brasileiro. Já os variacionistas recuam um pouco mais, situando a mudança a partir do século XVIII (Tarallo, 1983 e Decat, 1989). Para Omena (1978:124) a “mudança parece ter-se iniciado no português arcaico e continuado na língua transplantada para o Brasil, indo aos poucos se intensificando”.

Conforme evidenciaram os trabalhos citados, o fenômeno está presente no português falado das diversas classes sociais e das diversas regiões. Mesmo na língua escrita - formal ou informal - isso vem acontecendo, como comprovam os dados abaixo coletados por mim em jornais:

(1) “... e nos últimos três anos, voltou para sua casa que hoje abriga *ela*, a mãe e um aconchegante atelier de costura.”
 Jornal *Estado de Minas* - 19/04/1998)

(2) “Esse inseto, que pica somente durante o dia, é o responsável pela transmissão da dengue, que é feita de uma pessoa infectada para uma pessoa saudável, tendo *ele* como vetor.” (*Cassi - MG informa* - Março/Abril de 1998)

Acredita-se que o nível de escolaridade tenha uma influência decisiva na escolha do complemento a ser usado (clíticos, SNs anafóricos, objeto nulo ou pronome tônico) e mesmo quando este nível é alto “há outros fatores que influem no emprego da forma padrão” (Castilho, 1989:117).

Considerada uma inovação do dialeto brasileiro, a queda dos clíticos acusativos de 3ª pessoa tem, segundo Nunes e Cyrino (op. cit), origem na mudança na direção da cliticização fonológica de ênclise para próclise, ocorrida no século passado; ou ainda segundo Decat e Castilho (op. cit.) a origem está no enfraquecimento da morfologia de caso.

Desses pesquisadores de escolas recentes, Omena (1978:121) está convencida de que a mudança não constitui inovação brasileira. Seus estudos evidenciaram que a origem do fenômeno se encontra no período arcaico e sua evolução favoreceu-se da tendência analítica da língua. Para ela o que está ocorrendo com o pronome *ele*

“integra o conjunto de modificações que vem sofrendo o sistema pronominal português, distanciando-se das formas casuais latinas, desde os primórdios da língua. É a ação da índole analítica da língua a

provocar instabilidade em todo o sistema de pronomes pessoais, aliada a condições mais gerais que integram propriedades das línguas naturais”.

Outra explicação para “a inserção do *ele* no sistema como pronome-objeto” (Galves, 1987:43) é a de que o português brasileiro, com sua sintaxe própria, é uma língua de tópico-comentário. Nesse sistema, segundo a autora,

“ A possibilidade de ligação direta do objeto nulo pelo tópico explica o não uso do clítico *o/a*, cuja função é atribuir uma interpretação determinada. Tornam-se inúteis neste sistema. Contudo é possível usar o pronome lexical pleno em posição objeto, como em posição sujeito para deixar visíveis os traços pronominais concordando com o antecedente. Essa peculiaridade também está relacionada com o funcionamento de língua tópico, onde não tem restrições quanto à posição do pronome tônico ...”

Galves (1987:46) analisou sistematicamente as diferenças entre português brasileiro e português europeu. Verificou, nesta análise, a existência de três sistemas:

“O primeiro exclui o pronome tônico na posição de objeto direto, na qual só pode aparecer um clítico. É o sistema do português de Portugal. O segundo é misto, é o Português Brasileiro que se encontra nos corpora tomados neste trabalho (sentenças ouvidas, inquéritos lingüísticos e intuições de falantes representativos sobretudo dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul), e que podemos considerar todos como do nível da “norma culta”. O terceiro inclui a possibilidade do pronome tônico objeto em todas as pessoas.”

A autora, diante de variações lingüísticas regionais, tais como, a interpretação reflexiva do *ele* (Minas Gerais): “ (41) João viu *ele* no espelho.” e o uso dos pronomes

tônicos em posição de objeto na primeira pessoa: “ (45) *Ele* chamou *eu* para conversar.” afirma que essas construções - juntamente com a do emprego do pronome *ele* em função acusativa - “correspondem a um sistema puro de língua de tópico, que exclui o uso dos clíticos e em que a posição pós-verbal, de objeto direto, pode ser ocupada por um pronome tônico sem restrição nenhuma”.

Decat (1989: 130), ao fazer um estudo diacrônico das línguas de tópico constatou que essas construções, do jeito que se apresentam hoje, são fruto de

“uma mudança que passou pelo enfraquecimento da morfologia de caso, que deu origem ao desaparecimento dos clíticos e a sua substituição por pronomes tônicos (retos). Não podendo mais contar com esses elementos visibilizadores de funções temáticas, o sistema se reorganizou de modo a que a reinterpretação das categorias fosse feita de acordo com a ordem de constituintes, a qual fornecerá a marcação de função sintática.”

Atualmente, segundo a maioria dos autores citados, o uso do pronome tônico de 3ª pessoa como objeto direto é um dos pontos que distancia o português brasileiro do europeu. Galves (op. cit.:34) afirma que este emprego

“não aparece no português europeu que só tem como recurso gramatical o uso do clítico *o/a*. Quanto ao português brasileiro, verificamos a mesma regularidade da posição sujeito quanto ao uso de *ele* em posição objeto: pode ser usado só (4), retomando um SN tópico explícito (5) ou ainda aparecer numa estrutura relativa com valor de pronome lembrete (6):

(4) Encontrei *ele* ontem.

(5) Esse rapaz, encontrei *ele* no trem.

(6) Esse rapaz aí que encontrei *ele* ...”

Cyrino (1993) e Nunes (1993) dão como ponto de partida para a diferenciação do português europeu e o brasileiro, no uso do pronome *ele* como objeto direto, a mudança dos clíticos de 3ª pessoa: “sua posição mudou e houve uma queda em sua ocorrência.” Nunes (op. cit.) sustenta que a direção da cliticização mudou no português brasileiro.

“Uma vez que tanto o português antigo quanto o português europeu moderno exibem cliticização da direita para a esquerda (identificá-*lo*, comprá-*lo*), é plausível tomar a cliticização da esquerda para a direita como uma inovação do dialeto brasileiro (Já *te*-vi, vamos *nos*-encontrar).”

Com o predomínio da próclise, segundo Nunes, os clíticos acusativos de terceira pessoa, sem o “onset” de sua sílaba licenciado, não foi adquirido pela geração de crianças do início do século XIX (data estabelecida para a mudança).

“Com a inexistência de aquisição dos clíticos acusativos de terceira pessoa por uma geração de falantes, construções com esses clíticos tornaram-se menos freqüentes no ambiente lingüístico. Isso, por sua vez, forneceu combustível adicional para que as gerações subsequentes que já tinham adquirido um sistema com cliticização da esquerda para a direita também não adquirissem esses clíticos. (...) A obsolescência das antigas construções com clíticos, então abriu caminho para a expansão das construções com objeto nulo e para a introdução de construções com pronome tônico na posição de objeto.” (op. cit.:220)

Observações particulares e comentários

Como visto acima, os trabalhos consideram o emprego do terceiro pronome tônico em função acusativa, no português falado do Brasil, como uma consequência da perda do clítico *o (s)*, *a (s)*. Ao admitirem ser este pronome o “causador” da mudança no sistema pronominal, muitos dos autores citados voltaram suas atenções para as possíveis causas do seu progressivo desaparecimento no português do Brasil. Um dos fatores mais prováveis, segundo Nunes, Pagotto e Cyrino (op. cit.), é a mudança de posicionamento do clítico de ênclise para próclise. Nessa posição, o clítico *o* (e suas flexões) sofre queda devido à sua condição fonológica: sem material fonológico que os preceda (Nunes, 1993) e morfológica: traços de concordância inadequados à sua nova posição (Pagotto, 1993).

Outros autores (Pontes, Decat e Galves) explicam a perda do clítico de 3ª posição pelo enfraquecimento do sistema de casos. Para elas, o fenômeno de substituição dos clíticos pelo sistema de pronomes retos faz parte da tipologia da língua de tópicos.

Omena (1978), Duarte (1989) e Malvar (1992), numa perspectiva sociolinguística, procuraram buscar os contextos linguísticos e extra-linguísticos que estariam atuando na realização (lexical, pronominal e vazia) do objeto direto de terceira pessoa, no português do Brasil. Duarte (op. cit.), estudando sincronicamente o fenômeno, prevê a vitória do pronome lexical sobre o clítico acusativo devido à redução do estigma sobre o uso do pronome pleno em determinados ambientes. Malvar (op. cit.: 142) informa-nos sobre uma série de fatores que garantem a manutenção do pronome *ele*, na língua:

“Nas Estruturas Sintáticas Complexas, o pronome lexical apresentou-se como a variante mais favorecida. Nas narrativas e nos cruzamentos de cadeias - cadeias mistas - seu uso é bastante privilegiado. E, esta variante, configurou-se como a única variante favorecida pelo traço semântico [+ animado] e pelo fator “Tópico” da categoria “Função discursiva do Antecedente” .

Algumas construções da língua vêm chamando a atenção de estudiosos por se tratarem de estruturas onde o emprego do *ele acusativo* é considerado “correto” pelos falantes de todas as classes sociais.

Pontes (1987:70) chama a atenção para (1) onde a construção é gramatical em português brasileiro apenas “se o pronome objeto for *ele* mas não se for *o*:

“(6) Meu pai, eu dificilmente vejo *ele* e minha mãe sem que eles estejam olhando um para o outro.

(7) ? Meu pai, eu dificilmente *o* vejo e minha mãe sem que eles estejam olhando um para o outro.”

Segundo Malvar (op. cit.: 69) o tópico sentencial só pode ser retomado como um dos itens de um objeto direto composto, por duas formas: o pronome lexical ou o sintagma nominal pleno.

Duarte (1989:24) observou, em seus estudos sobre o Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil, duas estruturas

“nas quais o preenchimento do objeto supera significativamente seu apagamento. Tanto nas construções com objeto sentencial preposicionado:

(13) Uma parou agora porque o marido dela está bem demais.
Então o marido proibiu *ela* de trabalhar.

como nas estruturas reduzidas de infinitivo e gerúndio:

(14) Ontem ele foi ao cardiologista. Eu já deixei *ele* ir ao cardiologista sozinho há muito tempo.

(15) Quando nós estávamos assim saindo da loja nós vimos *eles* quase parando o carro.

o verbo da subordinada projeta uma estrutura com agente, que vem a ser exatamente o objeto da matriz (port-manteau sintático). A força dessa função real do SN - sujeito/agente - determina, sem dúvida, uma tendência maior à realização do objeto superficial, com preferência, naturalmente, pelo pronome lexical: o pronome sujeito.”

Malvar (op.cit.:137) constatou que a estrutura “objeto direto anafórico de terceira pessoa + numeral “só aceita a variante pronome lexical.” Para ela, a caracterização dessa estrutura foi bastante relevante, pois, por meio dela pode-se constatar que há, na língua, uma estrutura que só se configura com a variante não padrão estigmatizada:

(7) “... o papai e o tio, provavelmente, o Nilson vai buscar *eles* dois na rodoviária.”

Nunes (1938:161) identificou estruturas aceitas pelos clássicos da língua em que o pronome *ele* é objeto direto:

“Em vindo o pronome *ele, ela, eles, elas* modificado por todo ou ambos, uma que outra vez se nos depara empregado como complemento no caso direto, do que nos dá exemplo até o padre VIEIRA, além dos grandes escritores que vou citar:

“Furtam pelo modo *imperativo*, porque, como têm o mero e misto império, todo *ele* aplicam despoticamente às execuções da rapina.”
(Vieira: Sermões, III, 334)

“A noção corrente é que esse texto abrange todas *elas*.” (Rui Barbosa - Coletânea Jurídica - 1928: 335)

Autores como Duarte e Tarallo (apud Malvar) reconhecem uma outra construção em que o *ele acusativo* tem o seu estigma reduzido junto a todas as classes sociais:

“Assim, os autores concluem que a variante estigmatizada, apesar de não ganhar em prestígio ao ser avaliada pela comunidade, tem seu estigma reduzido quando interseccionada com estruturas sintáticas complexas. Por isso, o pronome lexical sustenta-se na fala com frequência mais alta de uso que o clítico.” (Malvar, op. cit. :57)

Todos os ambientes lingüísticos onde as variáveis se encontravam foram exaustivamente analisados pelas autoras.

Omena (op. cit.: 115) comparou os condicionamentos que levam à regra de apagamento e ao aparecimento da forma do caso reto, no português atual, com os do período arcaico (a partir de dados extraídos da “Demanda do Santo Graal”). Concluiu que

“a questão da substituição do pronome de caso oblíquo *o(s)*, *a (s)* - pelo caso reto *-ele (s)*, *ela (s)* - constitui fenômeno diacrônico de mudança resultante da influência de fatores lingüísticos e extralingüísticos condicionantes, provocando desequilíbrio e posterior remanejamento das relações estruturais no sistema pronominal.”

A autora detectou coincidências “entre alguns fatores condicionantes à aplicação e não aplicação da regra de cancelamento no português arcaico e nas amostras de fala de pessoas não - escolarizadas do Rio de Janeiro”. O uso do duplo acusativo e a influência do traço semântico [+ animado] no antecedente, contextos favorecedores do aparecimento do pronome lexical, também se encontram nos ‘corpora’ das duas épocas. Fatos como estes levaram a autora a refutar a hipótese de “inovação brasileira” para o emprego do 3º pronome reto em função acusativa.

Diante dos dados encontrados na língua escrita do período arcaico, tanto os de emprego enfático como os de emprego não enfático, não há como negar a existência do fenômeno nos primórdios da língua. Os reflexos deste emprego, na língua escrita, parecem indicar um uso oral corrente.

Este trabalho procura explicar o fenômeno *ele acusativo* através do seu encaixamento no sistema dos pronomes pessoais, mais especificamente da terceira pessoa.

Não me deterei na forma oblíqua (*o, a, os, as*) tão exaustivamente estudada. Meu objetivo é analisar o comportamento da forma reta *ele (ela, eles, elas)* como objeto direto sem associar o seu aparecimento, nessa função, ao desaparecimento do clítico. Parece-me mais adequado apresentar o emprego do pronome reto em função acusativa como um fenômeno independente do clítico acusativo. Ele sempre existiu na língua portuguesa; seu emprego é paralelo ao clítico de função sintática correspondente: o último sendo encontrado no registro escrito e situações formais, no português contemporâneo.

Apesar de o pronome oblíquo *o* e flexões ser registrado nos ‘corpora’ sob análise, tanto no período arcaico (com maior frequência) quanto no contemporâneo (com menor frequência), não farei aqui uma análise quantitativa.

As últimas pesquisas mostram um aumento significativo do *ele acusativo* com um proporcional decréscimo do *o* no português brasileiro dos últimos séculos. Essas estatísticas parecem indicar a preferência por uma forma, neste caso o pronome *ele acusativo*, já existente no universo lingüístico do falante, que até há poucos anos era extremamente marginalizada, mas que sempre existiu, mascarada pelo uso, na língua escrita, do oblíquo. Não houve um “aparecimento de pronomes tônicos na posição de objeto direto” somente no século passado como afirma Nunes (op. cit.:207), mas uma expansão do emprego desses pronomes, que, desde o período arcaico estão presentes na língua.

A questão básica a ser respondida é: comprovada a existência do fenômeno no período arcaico, o que leva esse pronome a se comportar diferentemente dos outros pronomes pessoais? A resposta parece estar no seu conteúdo semântico, morfológico e sintático.

Essa questão está reservada ao capítulo 4 no qual se encontra um estudo diacrônico a respeito do pronome *ele*: sua origem a partir do demonstrativo latino *ille*, seu conteúdo semântico e aspectos morfológicos.

No capítulo a seguir apresentaremos os dados arcaicos e contemporâneos, com o objetivo de comprovar:

- a) a existência do *ele acusativo* no período arcaico em estruturas não enfáticas e sem redobro do clítico;

- b) a existência das estruturas mencionadas em a) acima em *textos notariais*;
- c) a ‘liberdade’ sintática do pronome *ele* e suas flexões, podendo exercer as funções de sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto adnominal e complementos circunstanciais diversos;
- d) reafirmar o caráter de elemento fórico do *ele acusativo* nos dois períodos da língua investigados, aspectos já detalhadamente discutido para o português contemporâneo. (cf. Malvar, 1992: 18 e ss.)

CAPÍTULO 3

Apresentação e classificação dos dados

Demonstraremos, neste capítulo, através da análise dos ‘corpora’ arcaico e contemporâneo, a ‘liberdade’ sintática do *ele* que, como se verificará, ocorre nas funções sintáticas mais variadas, em ambos os períodos sob análise. Ao lado dessa ‘liberdade’ sintática ou por causa dela, notar-se-á uma preferência pelo emprego da forma tônica *ele* regida, em sua maioria, de preposição em detrimento do oblíquo *lhe*, do possessivo *seu* e flexões e em lugar, ainda, de algumas construções adverbiais.

Cumprе ressaltar, na classificação que se segue, sua presença em função objetiva direta, tanto na fase arcaica como na contemporânea, ou seja, o *ele acusativo* presente nesses dois períodos da língua portuguesa.

Em 3.1 encontra-se a classificação sintática dos dados arcaicos; em 3.2, a dos contemporâneos, da seguinte forma: *ele* em função de: sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto adnominal e complemento circunstancial regido pelas mais variadas preposições. Em 3.3 apresentaremos, sem comentários, os dados de dois dialetos portugueses contemporâneos referidos por Martins (1994), a título de comprovação da existência do *ele acusativo* no português lusitano contemporâneo.

3.1 Dados Arcaicos

O pronome *ele* empregado como objeto direto é o que apresenta, no período arcaico, maior resistência em aparecer nos textos em comparação ao seu emprego em outras funções sintáticas. A forma oblíqua tônica do 3º pronome coincide com a forma reta e essa coincidência explica a ocorrência do pronome *ele* regido das mais variadas preposições, assumindo as diversas funções sintáticas como complemento.

A baixa ocorrência do *ele acusativo*, nesse período, entretanto, não tira a importância do fenômeno. Pelo contrário, só o fato de ser registrado em um ‘corpus’ de linguagem escrita, já lhe confere relevância. Segundo Silva Neto (1956:18) “Quando um fenômeno qualquer chega a ser registrado pela escrita, é sinal de que já existia há muito na língua falada.” E ainda, segundo Maia (1986)

“a repetição dos mesmos traços lingüísticos em vários documentos escritos por diferentes notários não pode deixar de ser significativa. E se essas particularidades se mantêm ainda actualmente, se bem que numa área não totalmente coincidente, não podem restar dúvidas de que já na época a que se referem os documentos em questão elas caracterizavam a linguagem falada da região.” (Maia, 1986:16)

Esses e outros fatores tais como o nível cultural do escrevente do texto e os diferentes graus de conhecimento do tipo de linguagem socialmente mais prestigiada fazem com que se conserve, com maior ou menor intensidade, estruturas pertencentes apenas ao dialeto escrito. Maia (op. cit.:15) coloca o problema dos diferentes graus de instrução dos notários, que se reflete nos documentos arcaicos desta espécie:

“Assim, os notários mais cultos só escassamente deixariam transparecer nos textos que escreviam particularidades da linguagem falada da região, ao passo que os notários pouco cultos, com muito maior facilidade, deixarão escapar traços da sua própria linguagem falada e da linguagem da região.”

Vejamos os dados.

3.1.1 *ele* - sujeito¹

- (1) E nunca *ille* fez neu mal por todo aqieste. (NT, XIII)
- (2) ... que non possa auer vogado contra o senhor senon *el* uogue por sy. (Foros e costumes, XIII)
- (3) ... e *ela* fara cõprimẽto de dereyto e mãdo os meus meyrãos que essas terras andarẽ ... (NO 1, 1277)
- (4) ... e nõ quiserẽ a eles dar a comer *eles* filhẽ aquela cousa tẽperadamente ... (NO 1 XIII/XIV ?)
- (5) E filarun li *illos* inde vi casales cun torto. (NT, XIII)
- (6) ... e o mays estauil que *ele* pode seer e mays compridamẽte ualer ... (NO 1, 1321)
- (7) ... com todas ssuas benffeytorias e melhorametos nõ sse chamãdo *elles* porẽ forçados nõ a força noua ... (NO 1, 1385)
- (8) ... nos ãviarom dizer que *eles* quiriom escãbar huas erdades que o dicto mosteiro ha ... (NO 1, 1414)
- (9) E como *ell* he mujto discreto prouido e dilligente ... (NO 1, 1434)

3.1.2 *ele* - objeto direto

A - objeto direto

- (10) Damos *ella* a uos que lauredes *ella*. (NO 2, XIII)
- (11) ... aquella uina dos muymẽtos qual foy de Pelayo Fernandez en tal maneyra que lauredes *ella*. (NO 2, XIII)
- (12) Uos deuedes *ella* a perder. (NO 2, XIII)
- (13) Nos nõqua a uos *ella* possamos teller. (NO 2, XIII)
- (14) Doulas en tal condizõ a Sancta Maria que eu tena *ellas* en mina vida. (NO 2, XIII)

¹ Não se esgotam aqui todos os dados do *ele* empregado como sujeito ocorridos no 'corpus' deste trabalho. O número de ocorrências do terceiro pronome tônico, nessa função, é demasiadamente grande e seu registro total não é relevante para o resultado da pesquisa.

- (15) Damos *elle* a uos e a toda uossa uoz. (NO 2, XIV)
- (16) Assi en commo nos melhor ouuemos esse herdamêto e peru a dauãdita nossa fila Steuaya Periz *el* myllhor poder auer. (NO 2, XIII)
- (17) E o nomeador das testemunhas primeyramente jure que as testemunhas nomear que non nomea *elas* por delongamento que faça a outra parte sem dereyto. (Foros e costumes, XIII)
- (18) Item mandamos aos almocouuares e aos mayoraes das ouelhas que recabedem eles em guisa que dem *elas* a seus donos ou os sinaes delas. E sse lhas non derem entreguenlhas de grandes. (Foros e costumes, XIII).
- (19) Item mandamos que todolos porcariços que trexerem porcos no campo dem *eles*¹ a seus senhores, ou sinaes d'eles. E os que os trexerem no soueral outrosy dem do alfeyre recabedo come se os trossessem no chão. (Foros e costumes, XIII)
- (20) E todolos mançebos que seruirem a plazo in gaados paguem *eles*² a rrazum d'este preço de suso dito. (Foros e costumes, XIII)
- (21) Item mandamos e outorgamos que os mançebos que morarem nas lauoiras e nas casas dos homens de Terena paguem *eles* des suas soldadas ateens entruido de uenda de seus vinhos. E se os mays quiserem teenr ta entruido paguennos dalhur onde quer. (Foros e costumes, XIII)
- (22) Et se nossos vezinos teem sas verças ou sua fruta in sa herdade e non querem *elas* vender no açougui del rey non dam foro. (Foros e costumes, XIII)
- (23) E se non querem *elas* ir vender no açougui non deuem a seer costrenudos que uaam alá vender. (foros e costumes, XIII)
- (24) Disse ao alcayde que sse lh'o furtassem per ssua maa guarda, que emforcariam el.. (Silveira Bueno, XIV)

¹ Leite de Vasconcelos (1959: 139) comenta sobre esse exemplo: "Em português literário moderno dir-se-ia: dêem-nos *a eles*."

² Logo abaixo, no mesmo texto, tem-se: "Item mandamos aos porcariços que *os* paguem de sas soldadas a uiinda da lande da venda de seus porcos. "

- (25) ...e de fazer outro procuradúr e a outros procuradures se fur mester e de reuogár *eles* e fillár en si ù preitu candu quisér e quantas uees quisér. (NO 1, 1273)
- (26) Eu Dõ Pedro Soarez dauãdito que esta carta encomẽdej a fazer *ela* dãte homees cõ mas maos roboro (NO 1, XIII)
- (27) ... e as justiças nõ agrauen *eles* cõtra sas forças. (NO 1, XIV)
- (28) Aiades uos por ende o sobredito herdamẽto daqui adeãte pera todo senpre uos e todos aqueles que de uos ueerẽ e façades del como por bẽ teuerdes per hu *el* melhor poderdes auer e achar de mõte en fõte assy rroto como por rronper cõ sas êtradas e saydas e cõ sas aruores como ía dito he. (NO 1,XIV)
- (29) ... que toda a dicta erdade do dicto Migel Esteuez esta ora posta per os herdeiros ã dez maravedis da boa moeda dizẽdo eles que de boa mẽte dariom por ela onze maravedis se lhela dessem ... (NO 1, XV)
- (30) ... omẽ da guarda que molher ouuer a beeçõ, si *elha*¹ leyxar, peyte I dinheiro ao juiz. (Foral da Guarda, séc. XII)

B - objeto direto preposicionado

- (31) Tod omne que outro matare, si uerdat acharen sobr'el enforquen *a el* o aquel; si non, lidie e, si matare, enforqueno. (FCR, XIII)
- (32) Tod omne que sua moller de beneyçon ou de juras lazares ou ela *a ele*, uayan al obispo ou a quen touer suas uezes. (FCR, XIII)

3.1.3 *ele* - objeto indireto

A - objeto indireto : preposição + pronome

¹ J. J. Nunes separou a forma original *elha* em *el* - pronome de 3ª. pessoa e *ha*- pronome oblíquo átono, acreditando ser esta a leitura correta do trecho. Souza da Silveira (1924) serviu-se do texto J. J. Nunes para exemplificar um caso de pronome tônico acusativo no período arcaico: *elha* - complemento direto de *leyxar*. José Pedro Machado (1987: 378, nota 3) registra a forma *elha* no século XIII: “Quem molher forçar e *elha* voçes metendo ueer ...”. *Leges*, p.509.

- (33) .. e filo li quanto .que li agou e deu a *illes*. (NT, XIII)
- (34) ... ante jure que aquelo que demanda que o non demanda per apostilha nem per outra malquerença e emtom responde *e ele*. (Foros e Costumes, XIII)
- (35) ... que o demandador primeiro jure que esto que a ele demanda que o non demanda per apostilha nem per outra malquerença e depois responde *e el*. (Foros e Costumes, XIII)
- (36) E aos mancebos da pousada dem a *eles* em soldada, dêsi a jouso, en como o menterem (sic). (Foros e costumes, XIII)
- (37) ... que o demandador primeiro jure que esto que *a ele* demanda que o non demanda per apostilha nem per outra... (foros e costumes, XIII)
- (38) ... que o fazedor ou os fasedores corregam *a ele* todas essas feridas que *a el* fezerem. (foros e costumes, XIII)
- (39) Item o alcaide non deue prender nenhum homem nem outrim por querela que lhy dem *a ele* sem mandato dos juizes e se alguem prender deueo lo aduzer (foros e costumes, XIII)
- (40) En testemouiu da qual cousa demos *a ele* esta carta séélada de nossus seelus. (NO 1, XIII)
- (41) ... nẽ faca per seus homéés nenhũa cousa do monesteiro nẽ da Egliseia, *a ele* séér presentado. (NO 1, XIV)
- (42) Item mãda Nosso Senhor El Rej que sse caualeiros fore a monesteiro ou a Egliseia assi como dito e e nã quisere *a eles* dar a comer eles filhẽ aquela cousa tẽperadamente assi como lhis deuia a sséer dada se essa cousá hj achare ... (NO 1, XIV)
- (43) Item os filhos líjdimos nã peçã algo nos moesteiros nẽ na Egliseias demẽtres sseus padres, e ssas madres deles uiueren ne den *a eles* nenhũa cousá ... (NO 1, XIV)
- (44) ... ne demãden *a elas* mais que aquelas cousas que son de sseu derejto. (NO 1, XIV)
- (45) Item as meores Egliseias que nã ouuere senõ V casáaes ou méos ou bõas searas e bõas dizimas uenhã os scudejros hũa uez no Año e se en todo poderẽ *a eles* proueer

- prouealhis se nõ façã ende *a eles* seruiço tenperadamente segũdo sa posse, e as justiças nõ agrauen eles cõtra sas forças. (NO 1, XIV)
- (46) E que quer que lança ou azchhũa filheas *a eles* o mejrinho... (NO 1, XIV)
- (47) Mais qualquer cousa que *a el* deua séer dada segalhj dada pelos ouẽçáaes e sergẽtes do monesteiro ... (NO 1, XIV)
- (48) ... e que façã *a eles* entregar totalas herdades ... (NO 1, XIV)
- (49) ... e que façã *a eles* entregas as roubas que fezerõ pelo tẽpo de degredo... (NO 1, XIV)
- (50) ... e o meyrriũho quiser *a eles* dar de comer... (NO 1, XIV)
- (51) E lhe deffendeu que nõ acodise a outrem cõ ella saluo *a elle* dito prioll e de todo esto o dito prioll ...
- (52) ...a quantos esta carta e estormento de escanbo virem < fazemos saber> que nos damos *a ell* nossa auctoridade ordinaria ... (NO 1, XV)
- (53) ... que outorge ho dicto excãbo e cõtrauto antre eles asy feito e dese *a elo* sua outuridade ordinaria ... (NO 1, XV)
- (54) ... em enparar a dita almojnha nos ditos tempos de qualquer pessoa ou pessoas que lhjs *sobre ella* posser embargo segũdo husso e custume da terra ... (NO, XIV)
- (55) Tod omne que moller uelada ou arrada e uistidos ou fiadores ou penes le dere, *a ela* ou a seus parentes, e se passare de aqueste seglo, preste a seus parentes uistidos ou arras ou pennos que *a el* empenaron, ou a seus parentes a que pertenece toda sua bona ... (FCR, XIII)
- (56) E qui senal dere *a el* e el lauor le tollir, perda o sinnal. (FCR, XIII)
- (57) Todolos carniceyros ou pescadores ou otros merchanes, como *a ellos* respondirem en ferias, assi façan ellos a outros. (FCR, XIII)
- (58) Moller non uaya a fiel nin ninguno a ela, saluo a reygado; mas demostrele plazo e ela *a el*. (FCR, XIII)

- (59) ... nõ sse chamãdo elles porẽ forçados nõ a força noua e en casso que se *a ello* chamẽ que lhjs nõ valha. (NO 1, XIV)
- (60) E de todo gaado que es de mama nom façam *dele* foro. (foros e costumes, XIII)
- (61) Item mandamos e outorgamos que todas as pesas que sejam do concelho e o concelho dêas a quen quiser que faça *delas* prol do concelho. (Foros e costumes, XIII)
- (62) E outrosy se alguum homem passa per nossa vila com casa muuda pera hyr morar hu por bem teuer non leua elRey *dele* porẽm nimigalha. (foros e costumes, XIII)
- (63) E troserun no xviii dias per montes e fecerun les tã máá prisõ per que leuarun *deles* quanto poderun auer. (NT, XIII)
- (64) ... per tal preyto que volas ayades en toda vosa uida e poys a vosso pasamẽto fazerdes *delas* o que toda vossa voõtade. (NO 1, XIII)
- (65) ... posto que nas cartas das conpras que o dito seu pay delles ouuera nom ffezesse *dello* mençon ... (NO 1, XV)
- (66) ... senõ per duas cousas a hua sse nosso Senhor el Rej enuiar *por eles* e á outra é sse teueren alguma cousa dadubar cõ Nosso Senhor el Rej. (NO 1, XIV)
- (67) Hos alcaldes non esten en corral conos VI, si non quando enuiarem *por ellos*. (FCR, XIII)

B - *ele* - objeto indireto sem preposição

- (68) ... pela guisa que as *el* demos tragia e partem da hua parte cõ as dictas meyas casas de Stevam giraldez. (NO 1, XIV)
- (69) Se a lexaren intregaren *ille* de octra que li plaza. (NT, XIII)

3.1.4 *ele* - adjunto adnominal

- (70) ... que dem *elas* a seos donos, ou os sinaes *delas*.. (foros e costumes, XIII)
- (71) Item a testaçom que os juizes poem per sa boca ou per seu porteyro per seu mandado *deles* sobre alguma cousa e alguem brita aquela testaçom non leua ende EIRey nimigalha mays os juizes leuam ende a coomha daquelle que a testaçom brita. (foros e costumes, XIII)
- (72) ... se o almoxarife pode prouar que aquele que foy chamado pagou depouys a diuida ou parte *dela* ... (foros e costumes, XIII)
- (73) Item stabesce Nosso Senhor El Rej, e mãda que caualejros, e donas e outros homéés que derẽ Ejgreias, ou quinhõ *delas* nos moesteiros, a outras Ejgreias ... (NO 1, XIV)
- (74) Item deffende Nosso Senhor El Rej que caualejros pusẽ en herdade ne en Ejgreias de monesteiros, nẽ de Ejgreias nẽ filhẽ *delas* pã ne viũho ne derejturas... (NO 1, XIV)
- (75) Item os filhos lĩdimos nõ peçã algo nos moesteiros nẽ nas Ejgreias demẽtres sseus padres e ssas madres *deles* uiueren. (NO 1, XIV)
- (76) ... e semelhaulmente das pessõas e dos cóónigos das Ejgreias da Séé e dos homees *deles*. (NO 1, XIV)
- (77) Item defende Nosso Senhor El Rej que caualejros ne outros homéés nõ façã çeleyros nẽ adegas en moesteiros nẽ en Ejgreias nẽ en seus adros senõ abbades ou clerigos *delas*. (NO 1, XIV)
- (78) ... ou danarõ dos moesteiros e das Ejgreias ou dos homens *deles* e das herdades *delas*, ou *deles* oujerõ per pididas assi come herdejros e padrões delo tẽpo do degredo. (NO, XIV)
- (79) ... enessas Ejgreias e os prelados *delas* des aquel tẽpo en que foj feito o degredo ... (NO 1, XIV)
- (80) ...que nõ façã mal nas Ejgreias nẽ nos moesteiros nẽ pousen hj ata que demãden per derejto aquela cousa que en elas atẽden á áuer, pelo arçebispo ou pelo bispo ou pelos vigairos *deles*. (NO, XIV)

- (81) ... e adubem e aprofeytem as cassas e poços *della* per seus tpos aas ssuas propías custas e despesas... (NO 1, 1272)
- (82) E acabado o tempo de todos tres, a dita almojnha e cassas *della* deue ffycar ao dito moesteiro cõ todas ssuas benffeytorías e melhoramētos ssen conthenda e enbargo nēhũu ... (NO 1, XIII)
- (83) ... a adubar e aprofeytar a dita almojnha e cassas e poços *della* e a pagar en cada hu ano a dita renda... (NO 1, XIII)
- (84) ... ffeito e asynaado per mao de Joham uasquez tabaliam na ujila de gymaraees ssegundo per elle pareçya do quall estormento o teoor *delle* de berbo a berbo he este que sse adjante ssegue. (NO 1, XV)
- (85) ... tanto que elle ouuesse a Renda *deles* em sua ujda ... (NO 1, XV)
- (86) E que embestyta logo o dito mosteiro da posse corporall e possissom *delles*... (NO 1, XV)
- (87) ... cõtanto que elle em sua ujda aja a renda *delles*. (NO 1, XV)
- (88) E mãdaua a Gil Anes conygo do dito mosteiro sseu procurador que metesse logo *delles* em posse ao dito prioll e ao dito mosteiro como dito he. (NO 1, XV)
- (89) E meteu em posse *delle* Basco Martjz de Ponbejro prioll que ora he do dito mosteiro ... (NO 1, XV)
- (90) ... dizendo que per alhy o aujã por metydo em posse do dito casall e pertença *delle* ... (NO 1, XV)
- (91) ... e deffendendolhy que daqui em djante nō acodise cõ a renda *delle* dito casall ne cõ a chaue ssaluo a elle dito prioll e a quem elle mãdasse ... (NO 1, XV)
- (92) ... e dise que per alhy o auja por metydo em posse do dito casall e pertenças *delle* ... (NO 1, XV)
- (93) ... sseendo elle prioll posto que nas cartas das conpras que o dito seu pay *delles* ouuera non ffezesse dello mençon ... (NO 1, XV)
- (94) ... serujço de deus e prol e honrra do dito moesteiro e dos bees *del*, enprazou, a ... (NO 1, XV)

- (95) ... seendo vago o moesteiro de Sam Mjgell de Villarinho da hordem Reglante de Sancto Agostinho o quall jaz em terra de Negrelos do nosso arçebispado per sinplez renũçiaçom que *dell* fez e nossas máaos Vasco Martjz que ora *dell* foy ultimo prior. (NO 1, XV)
- (96) E ponham *delle* e corporall possíssom o dicto Vasco Martjz prior. (NO 1, XV)
- (97) ... e per esto disse que o metija e auja por metido en corporal posissom do dicto mosteiro e perteeças *delle* e desto o dicto Vasco Martjz prior pedyu huu stormente... (NO 1, XV)
- (98) E em testemunho de uerdade mãdava asy dar *dello* ao dicto basco martjz prioll e ao dito mosteiro hũu e dous e moytos estormentos. (NO 1, XV)
- (99) E tome aquesto de auer de ambos; e si non oueren de ambos, tome meedat de auer *del*. (FCR, XIII)
- (100) E, si el sennor *del* lo dexar, el bem seruendo, délle sua soldada.
- (101) ...ou que fu fiador *dele*. (FCR, XIII)

3.1.5 *ele* - complemento circunstancial

A - *ele* instrumental

- (102) Todos os alcaldes ho que *por ellos* se perder, ellos lo peyten. (FCR, XIII)
- (103) Tod omne que fillo o sobrino ouere e a outro omne matare, non peyten *por eles* seus parentes seu auer, nin padre, nin madre nin moller sua meadade, si seu marido matar a outro. (FCR, XIII)
- (104) E si mouro esto tomare, seu sennor iure *por ele*. (FCR, XIII)
- (105) E caualo que morire en apelido de concello del dia queo comprare fasta I anno, denlle *por el* tanto como el lo conpro; e de anno adeante, denle *por el* XXX mor. (FCR, XIII)

- (106) ... si non, peyte el ganado o seus fiadores *por el*. (FCR, XIII)
- (107) Qui aduxer moro ou mora de fonsado ou de azaria, e catiuo christiano ioguere *por el*, ante que taxe, denle XXX mor. (FCR, XIII)
- (108) E quanto *por ellos* se perdire ou dannare, ellos lo peyten. (FCR, XIII)
- (109) ... e non rresponda mays *por eles* ... (FCR, XIII)
- (110) E los alcaldes do concello acoten *por elas* e tomen seo dereyto e dent a os querellosos seu dereyto. (FCR, XIII)
- (111) ... e respondale *por ela*. (FCR, XIII)
- (112) E caualo que morire en apelido de concello del dia queo comprare fasta I anno denlle *por el* tanto como el lo conpro ... (FCR, XIII)
- (113) Todo caualeyro que loriga uistir ena coyta hu foren en almofalla o en azaria, tome *por ela* media racion ... (FCR, XIII)
- (114) ... que o metesse *per ella* en posse do dicto mosteiro segundo se en ella cõtijnha, (NO 1, XV)
- (115) ... asy que o dicto moesteiro sera *per ell* bem regído e gouernado no spirituall e temporall. (NO 1, XV)
- (116) ... e sse fiel lle parar sobreela primeyra bestia, *ssobr'ela* responda. (FCR, XIII)
- (117) Todo omne que mentira iurar ou firmar e *sobr'el* achare o alkalde ou jurado que mentira juro ou firme ... (FCR, XIII)
- (118) E consijrando nos e avendo per çerta eformaçom per suficiẽte inquisicom que *sobrello* mandamos filhar da pessoa de Vaasco Martjz ... (NO 1, XV)
- (119) ... e si non quesar ir *com el* ant'o alkalde, prenda-o sin calonna. (FCR, XIII)
- (120) ...si trouxere ferro en manos o en peys e omnes de seu seruicio e de seu pan andaren *com el* seia preso. (FCR, XIII)
- (121) ... e o infançõ nõ leue mais ca V bestas e o caualejro que *cõ el* for ... (FCR, XIII)

- (135) ... nẽ pousen hj ata que demãden per derejto aquela cousa que *en e<l>as* atẽden á áuer ... (NO 1, XIV)
- (136) Item mãda Nosso Senhor El Rej que os monesteiros dos ordẽes de Cistel do sseu Rejno seiã enparadas e negũu nõ pouse *eneles* assi come padrões e herdejros ... (NO 1, XIV)
- (137) ...e eu Vasco Gil tabaljom sobredicto ẽ ho dicto julgado de felgeiras que este estromento Antre as dictas partes escreuy e ẽ *ele* meu signal fiz que tal he ... (NO 1, XV)
- (138) ... e sseia firme assy e per a guisa que *em ell* he conteúdo porquantos fomos çerto per o dicto dom abbade ... (NO 1, XV)
- (139) E tyraua e Relequya a sy meesmo dito Basco Affomso de todo derejto que *em elles* tynha. (NO 1, XV)
- (140) ... a chave do dito logar scilicet dua casa que hy esta alçada *em elle* ao dito prioll... (NO 1, XV)
- (141) E professo ẽ *ella*, a qual profissom fez e nossas maos segundo de dereito deuja. (NO 1, XV)
- (142) Porem per uirtude da ẽliçom e expressos votos dos cõigos Reglantes e conuçto do dicto moesteiro que *em ell* concordarom. (NO 1, XV)
- (143) Ora per nos ẽ *elle* confirmado. (NO 1, XV)
- (144) ... e lhe requeriu que o metesse per ella en posse do dicto mosteiro segundo se *en ella* cõtijnha ... (NO 1, XV)
- (145) Toda firma que firmare, esso firme onde foy feito testigos e cousa que foy mercada ou dada *d'ante dele*. (FCR, XIII)
- (146) E de pois ouerun seu mal e meteu o abade paz *antre illes* in no carualio de laurecdo. (NT, XIII)
- (147) Venerun alia uice er filarun o triigo *antes illes* er comerunso. (NT, XIII)
- (148) ... como he de seu custume *perante eles* parecerom os dictos Afonso Martjz e Johãne Esteuez ... (NO 1, XV)

(149) ... e asy *antre eles* firmado e parte ne e todo ... (NO 1, XV)

(150) E que olhando elle cõsirando que lhe ujnha *dello* pera outro mundo carrego de cõçyança ... (NO 1, XV)

B.2 *e/e* - locativo sem preposição

(151) Eu Johane Menendiz pulbico Tabelliõ per rogo das partes esta carta per mha maó fiz e meu sinal *ela* pusy que tal e feita no mez de Setrẽbro ... (NO 1, XIII)

(152) ... este prazo per ma moo fiz e meu sinal *el* pusi en testemoyo que tal e. (NO 1, XIII)

O terceiro pronome tônico era, como se pode comprovar nos dados apresentados acima, bastante empregado no período arcaico. Aparece como sujeito, adjunto e complemento regido das mais variadas preposições em todas as funções sintáticas. O quadro abaixo nos dá uma visão do amplo emprego desse pronome no período.

Funções sintáticas assumidas pelo *ele* no período arcaico

Quadro III

Funções sintáticas do <i>ele</i> e flexões no período arcaico
1. <i>Sujeito</i>
2. <i>Objeto direto</i> A. <i>ele</i> acusativo B. preposição + <i>ele</i>
3. <i>Objeto indireto</i> A. sem preposição B. preposição + <i>ele</i>
4. <i>Adjunto adnominal</i>
5. <i>Complemento circunstancial</i> A. Instrumental B. Locativo B. 1 preposição + <i>ele</i> B. 2 sem preposição

Os tipos sintáticos encontrados no ‘corpus’ do trabalho corroboram os propostos por Martins (1994) para o português arcaico.

Diante do que foi exposto acima, podemos verificar, no período em questão, a ocorrência de uma única forma do terceiro pronome para todos os papéis sintáticos: o *ele* e flexões. Esse pronome se comporta, nos dados arcaicos acima, como um anafórico: todos os antecedentes são recuperáveis no ambiente textual.

A seguir apresentar-se-ão os dados contemporâneos separados em tipos sintáticos. Como já exposto para os dados arcaicos teremos a seguinte classificação para o *ele*: sujeito, objeto direto (sem e com preposição), objeto indireto (preposicionado ou não), adjunto adnominal (idéia de posse ou não), complemento circunstancial regido das mais diversas preposições.

3.2 Dados contemporâneos

3.2.1 *ele* - sujeito¹

- (1) Mas só com um fiozinho da água pra *ela* ir esfriando.
- (2) ... porque é o tempo que *ele* vai levar pra esfriar.
- (3) ... pra viver ainda uma juventude que *eles* consideram que não está sendo explorada dentro deles com uma menina mais jovem.
- (4) ... se *elas* estivessem adequadas...

3.2.2 *ele* - objeto direto

- (5) Tina cascou o queijo e trouxe *ele* espetado na faca, com o biscoito na mão. (AP, 1980)
- (6) .. e ver se arranjo o agrião de D. Cessa pra botar *ele* com açúcar numa vasilha funda ... (AP, 1980)
- (7) O cabo Afonso falou com Glória no telefone: “ o caso daquela senhora cuja a senhora pediu informação é que ela não é séria com o corpo e estava em estado etílico, já devolvemos *ela* aos senhores pais. (AP, 1980)
- (8) Pudera, falou Glória, ele não entende nada de pintura, é muito fácil embromar *ele*. (AP, 1980)
- (9) Um sonho curto, o pai abrindo a porta e recebendo *ela* na casa, com alegria, mas a mãe estava triste. (AP, 1980)
- (10) Tenho uns companheiros de fila que desde eu menina eu conheço *eles*. (AP, 1980)

¹ Os dados do *ele* sujeito estão representados aqui por apenas 4 ocorrências. No ‘corpus’ a presença dessa estrutura é numerosa.

- (11) Mas eu que conheci *ele* muito bem e conheço a vida, sei que não é ilusão o que ele queria dizer. (AP, 1980)
- (12) Aprontei e deixei *ela* lá com o fiscal falando e dando de braço. (AP, 1980)
- (13) ... depois que estou fazendo uso do limão. Mas só vale com açúcar. Espremo *ele* na água, depois da comida. (AP, 1980)
- (14) ... ele manda chamar *ela* na sacristia... (AP, 1980)
- (15) Diz palavrão, você não reconhece *ele*. (AP, 1980)
- (16) O menino doido com o bicho: pega *ele*, pai, pega, vamo pegá *ele* ... (AP, 1980)
- (17) Apanhei *ela* de novo socando o resto de comida na lata de lixo... (AP, 1980)
- (18) Muitas vezes peguei o papai alisando o bracinho dela, beijando os dedinhos secos, amaciando *eles* com lágrimas, com beijos. (AP, 1980)
- (19) Punha a Suely no colo, ensinou *ela* a comer, a se limpar. (AP, 1980)
- (20) Filho aleijado é pra toda a noite a mãe ir à beira da cama dele, alisar *ele* até ele dormir... (AP, 1980)
- (21) Papai sofria, sofria, mas a cada vez gerava *ela* de novo com a força do amor dele. (AP, 1980)
- (22) A força de vontade do Gabriel me insulta, tenho vontade de esmurrar *ele* dormindo feito um anjo, com ou sem travesseiro. (AP, 1980)
- (23) Doida pra chegar a novela das sete pra ver o Anselmo Vargas namorar a artista principal, Glória misturava *ele* com Castro Alves, com Gabriel e lambia o bom de ser gente que pode namorar. (AP, 1980)
- (24) ... o padre confundindo *ele* com fazendeiro de posses, peregrinando com a família. (AP, 1980)
- (25) A raiva fazendo *ele* errar três vezes seguidas a mão no bolso pra enfiar o vidro de café. (AP, 1980)

- (26) Não mexi na calça desde que tirei *ela* na hora de dormir ... (AP, 1980)
- (27) Um cocô não é produto meu, enquanto não posso escolher fazer *ele* ou não. (AP, 1980)
- (28) O pai não tem coragem de mandar *eles* separar casa porque meu irmão é fraco da cabeça e ganha só um salário. (AP, 1980)
- (29) Será que em Portugal *eles* sabem que passar cera no barbante faz *ele* ficar forte? (AP, 1980)
- (30) O ti Neca Rosa eu pertubei *ele* só pra pedir bença. (AP, 1980)
- (31) A Rosa trocou o dela por Rosa de Sousa, sobrenome do marido, porque amolavam *ela* demais na escola. (AP, 1980)
- (32) Quando vinha visita era bom, o cinzeiro ficava cheio e eu tinha cuidado de, arrumando a casa, conservar *ele* com a cinza. (AP, 1980)
- (33) Fazei tia Celina pegar na mão dele e apertar, fazei *eles* se aquecerem os ossos. (AP, 1980)
- (34) ... mas fazei, ó Deus, depois desta noite *eles* sentarem na cozinha ... (AP, 1980)
- (35) ... fazendo *ela* virar a página atrás de coisas mais simples, mais econômicas ... (AP, 1980)
- (36) ...a cobra que morava no forro esperava a mulher dormir, descia, punha o rabo na boca do menino pra engambelar *ele* e mamava na mulher. (AP, 1980)
- (37) Glória fingiu que não viu aquele dia *ele* pondo sal na comida, de um montinho escondido atrás do filtro. (AP, 1980)
- (38) - vai lá, a Ricardina tá morrendo, coitada, que Deus perdoe *ela* ... (AP, 1984)
- (39) Bom também era ver *ela* passando creme Marsilea no rosto ... (AP, 1984)
- (40) Porque o advogado na certa enganava *ela*. (AP, 1997)

- (41) Pior que já paguei *ele*. (AP, 1997)
- (42) A senhora precisava ver quando ele lá, o pai do menino veio - o juiz intimou *ele* ... (AP, 1997)
- (43) Mas o Celino não é padre, não podia confessar com ele e não sabia mandar *ele* de volta ... (AP, 1997)
- (44) O Celino perguntou pelo Afonso e eu disse bem alto: tá lá, deitado, vai ver *ele* ... (AP, 1997)
- (45) Eu chamei *ela* amigavelmente e falei pra ela assim ... (TV, 1997)
- (46) Eu procurava *ele* de madrugada para conversar. (TV, 1997)
- (47) Eu vou esperar *ela* sair do trabalho. (TV, 1997)
- (48) Aí depois nós temos que esperar *ela* (abóbora) secar. (TV, 1997)
- (49) Se eu gostar de ainda encontrar uns pedacinhos de abóbora eu posso deixar, se eu quiser mesmo *ela* bem moidinha ... (TV, 1997)
- (50) Eu vou colocar o coco e vou deixar *ela* apurar mais um pouco. (TV, 1997)
- (51) Primeiro ferver o vidro e pôr *ele* secar. (TV, 1997)
- (52) ... e sinto *ele* (vidro) fazer essa pressão. (TV, 1997)
- (53) ...eu completo a água e eu vou esperar *ela* ferver novamente. (TV, 1997)
- (54) Se eu deixar *ele* (doce) um pouquinho mais sequinho ... (TV, 1997)
- (55) Ele está querendo exhibir *ela*. (TV, 1997)
- (56) Então eu podo *ele* nas aventuras dele de pensamentos. (TV, 1997)
- (57) E as meninas, como aceitam *ele*? (TV, 1997)
- (58) Meu pai deixou *ela* muito cedo. (TV, 1997)
- (59) Eu achava *ele* um homem muito envelhecido. (TV, 1997)

- (60) Quando você conheceu *ele* mais jovem ... (TV, 1997)
- (61) Eu pego *ela* (tela de pintura) assim ... (TV, 1997)
- (62) Coloco *ela* no vaso e desenho do natural. (TV, 1997)
- (63) Eu adoro *ela* (flor) que está do outro lado. (TV, 1997)
- (64) Se você deixar ele (aparelho) assim quietinho por 20 segundos... (TV, 1997)
- (65) Virando *ela* (coxa de frango) ao contrário. (TV, 1997)
- (66) O salzinho, quando a gente cozinha *ela* (coxa de frango)... (TV, 1997)
- (67) É bom sempre que laçar *ele* (frango) dos dois lados. (TV, 1997)
- (68) E dobro *ele* (chocolate) assim, oh! (TV, 1997)
- (69) Agora você pode retirar *ele* (chocolate) daqui. (TV, 1997)
- (70) O que faz uma pessoa melhor,/ o que faz *ela* crescer/ o que a faz vencer. (TV, 1997)
- (71) Então eu vou ajudar *ele* a consertar *ela*. (mulher) (TV, 1997)
- (72) ... eu me visto deste jeito mas respeito muito *ele*. (TV, 1997)
- (73) Eu acho que ele tenta proteger muito *ela*. (TV, 1997)
- (74) Eles ficam podando *ela* o tempo todo. (TV, 1997)

3.2.3 *ele* - objeto indireto

A - sem preposição

- (75) Eu tento mostrar *ela* o que fica legal nela. (TV, 1997)
- (76) Lembro muito bem *ela* novinha, mamãe parece que tinha nojo dela, não acarinhava, como as mães. (AP : 1980)

B - *ele* objeto indireto (preposição + pronome **ele**)

- (77) Eu chamei ela amigavelmente e falei *pra ela* assim: ... (TV, 1997)
- (78) Você não está dando o exemplo *pra ele*? (TV, 1997)

- (79) Porque ao invés delas conseguirem emprestarem a juventude delas *pra eles*, eles sentiram ... (TV, 1997)
- (80) Você tem uma série de coisas que você tem que explicar *pra ela*. (TV, 1997)
- (81) E você tem que se dar por feliz porque é correspondido no amor que você dedica *a ela*. (TV, 1997)
- (82) ... eu sabia a resposta pra dar *pra ele*. (TV, 1997)
- (83) ... porque se algum dia ele vier me decepcionar com uma nora, eu posso passar na cara dele o respeito que eu dei *pra ele* ... (TV, 1997)
- (84) Dei um copão de bicabornato *pra ele* e fui comer sozinha mais a Carlinha. (AP, 1980)
- (85) ... que eu tinha dado veneno de rato *pra ele*, eu morro, porque eu morro... (AP, 1980)
- (86) Eu falei *pra ela* se fosse gatinha não tinha empregada no Brasil e no Brasil inteiro tem. (AP : 1980)
- (87) ... não deu leite no peito *pra ela*, eu percebia tudo. (AP, 1980)
- (88) ... ficar com a mão no aleijão do menino pra passar o amor *pra ele*. (AP, 1980)
- (89) Dia ruim foi quando o pai entestou de dar um par de sapato *pra ela*. (AP, 1980)
- (90) ...trouxe de presente *pra ela* um crucifixo torneadinho. (AP, 1980)
- (91) ... jamais se preocupava em arranjar *para ele* e os meninos as meias e camisas de futebol.. (AP, 1980)
- (92) Eu aprendi muitas coisas *com ela*. (TV, 1997)
- (93) Que idade a senhora tinha quando casou *com ele*? TV, 1997)
- (94) Realmente você sente um tesão *por ela*. (TV, 1997)
- (95) Eu não tenho ciúmes *dela*, basicamente eu não tenho ciúmes *dela*. (TV, 1997)

(96) Ela liga *pra ele* todo dia, às sete horas. (TV, 1997)

(97) ... vocês estão pensando só *nelas*. (TV, 1997)

(98) Ah, tinha vontade que ele tripudiasse um pouquinho *com ela* como fez no baile de inauguração. (AP, 1980)

3.2.4 *ele* - adjunto adnominal

(99) Vocês vão conhecer a história *dele* que era roqueiro. (TV, 1997)

(100) ...porque eles tem uma história de muita dificuldade para viver o amor *deles*.
(TV, 1997)

(101) As minhas idéias batiam com as *dela*s. (TV, 1997)

(102) As idéias *dela* e a minha se casaram. (TV, 1997)

(103) Então eu poddo ele nas aventuras *dele* de pensamento, nos sonhos .. (TV, 1997)

(104) Ele vai entrar na igreja. Ele vai está esperando a noiva *dela* chegando. (TV, 1997)

(105) ... que ele possa ter o direito de ter o futuro *dela* ... (TV, 1997)

(106) Ela corre o risco de perder o filho *dela*. (TV, 1997)

(107) Ele acaba precisando de uma mulher mais velha para peitar a mãe *dela*. (TV, 1997)

(108) Porque ao invés delas conseguirem emprestarem a juventude *dela*s para eles, eles sentiram que a diferença de idade era tão violenta que eles se sentiam ainda mais velhos do que aquelas moças. (TV, 1997)

(109) Ela mora sozinha na casa *dela*. (TV, 1997)

(110) Me sinto muito bem ao lado dela. O sexo *dela* é bom. (TV, 1997)

(111) Pegar qualquer mulher que facilite a vida *dela*. (TV, 1997)

- (112) ... atividade sexual é isso: a pessoa só está interessada no sexo *dele* com a pessoa, na parte sexual da pessoa. (TV, 1997)
- (113) Era a primeira vez *dela* também. (TV, 1997)
- (114) Todos esses problemas acaba com a vida *delas*. (TV, 1997)
- (115) ... a mãe *dele* que se chama Elaine Garrido, ela se considera uma mãe liberal. (TV, 1997)
- (116) Diz que era um problema, o pai *dela*. (TV, 1997)
- (117) E de fato, o filho mais novo *dela*, Renan, cresce com toda liberdade. (TV, 1997)
- (118) Ele disse que o irmão *dele* é um pecador, fica jogando um monte de filho fora. (TV, 1997)
- (119) Eu passo na casa *dela*, pego. (TV, 1997)
- (120) A mãe *dela* deixou. (TV, 1997)
- (121) Eu acho que ela tendo o marido *dela*, ela não tem que andar mostrando para o marido dos outros. (TV, 1997)
- (122) Eu queria encerrar com o Isami, mostrando o livro novo *dele*... (TV, 1997)
- (123) ... e ele ficar escutando os amigos *dele* ficar zuando ... (TV, 1997)
- (124) Eu acho que a mãe tem que viver a vida *dela* e os filhos a vida *deles*. (TV, 1997)
- (125) Gente, vocês estão querendo, entendeu, que a sua mãe vista do seu estilo e não é do seu estilo, tem que ser do estilo *dela*. Ela tem o seu gosto, a sua preferência. (TV, 1997)
- (126) ... coitada, tapeava o sufoco falando sem pontuação de tudo que era a vida *dela* ... (AP, 1980)
- (127) ... e a Suely mexendo no fogão, com o bracinho seco *dela*, parecendo cachorrinho perdido, meu Deus. (AP, 1980)

- (128) Papai sofria, sofria, mas a cada vez gerava ela de novo com a força do amor *dele*. (AP, 1980)
- (129) Por decreto nenhum o homem *dela* aceitava ficar sem ela. (AP, 1980)
- (130) Sobreviveram tripudiando sobre a poesia *dela*, sua alma desnudada em público... (AP, 1980)
- (131) O José meu, no frio passado, levou aquela vida com a bronquite *dele*. (AP, 1980)
- (132) Constância começava a falar, ninguém dava um pio pra não perder as invenções *dela*. (AP, 1980)
- (133) Só teve uma coisa chata, veio com o irmão *dele*, advogado também. (AP, 1980)
- (134) O José chegou aqui já bem depois do almoço e foi, como de costume *deles*, destampar as panela. Tem a moda de comer um tiquinho aqui e depois almoçar direito na casa *dele*. (AP, 1980)
- (135) Pois tão todos velhos, uns meio encurvados já e o pobre do Clarismundo, coitado, que tanto tem de feio, quanto de bom, um caco! Mas é feio! As relevâncias da cara que em toda pessoa é o feio ou o bonito na *dele*, não. (AP, 1980)
- (136) Só uma coisinha mostra que ela é mesmo filha da Corina, o brincão de argola de ouro misturado com a travessa de lata prendendo o cabelão *dela*. (AP, 1980)
- (137) Porém o que segue era rigorosamente verdadeiro e lhe restabeleceu o equilíbrio 'sui generis' *dela*. (AP, 1980)
- (138) O velho acomodou aquilo como pôde na capanga e engoliu em seco, de repente mais fino, mais murcho, a cabeça *dele* parecendo a cabecinha de um boneco com chapéu. (AP, 1980)
- (139) Desde aí, falava sempre, excitada nos olhos, apressada no cacoete *dela* de enrolar um cacho de cabelo ... (AP, 1984)

(140) Esta foi a benção de São Francisco, que foi abrandando o rosto *dela*. (AP, 1984)

(141) Como é que você vê a relação *deles* aqui? (TV, 1997)

3.2.5 *ele* - complemento circunstancial

A - instrumental

(142) Eu admiro muito”, “admiro” quer dizer, “eu morro por ela”. (TV, 1997)

(143) E se um rapaz maior anda *com ele*, estimula. (TV, 1997)

(144) Você está casado com uma mulher que você não vai poder fazer uma família *com ela*, e aí? (TV, 1997)

B - locativo

(145) O medo da morte *nele* matando o medo das cobras ... (AP, 1980)

(146) ... Pra viver ainda uma juventude que eles consideram que não está sendo explorada *dentro deles* com uma menina mais jovem. (TV, 1997)

(147) Portanto tem uma diferença de 29 anos *entre eles*. (TV, 1997)

C - *ele* com valor reflexivo

(148) Ela bem sabia o que Lúcio apreciava *nela*, o mesmo que Luís, Albano, o mesmo que Alexandre. (AP, 1980)

(149) Sua mãe era ela mesma, Glória, ameaçando Gabriel de arrebentar a martelo a geladeira, a chaminé, o reboco das paredes. Que são inveja do pai e de Gabriel, pobres de sua mãe e *dela*.

Como pode-se observar encontramos, nos dados contemporâneos, situação semelhante à dos dados arcaicos. Percebe-se a invariabilidade da forma de terceira posição tanto para sujeito quanto para complementos preposicionados ou não.

O quadro abaixo nos fornece um panorama do seu emprego.

Funções sintáticas assumidas pelo *ele* no português brasileiro contemporâneo

Quadro IV

Funções sintáticas do <i>ele</i> no português brasileiro contemporâneo
1. <i>Sujeito</i>
2. <i>Objeto direto</i> A. <i>ele acusativo</i> B. preposição + <i>ele</i>
3. <i>Objeto indireto</i> A. sem preposição B. preposição + <i>ele</i>
4. <i>Adjunto adnominal</i>
5. <i>Complemento circunstancial</i> A. instrumental B. <i>Locativo</i> B. 1 preposição + <i>ele</i> B.2 sem preposição C. <i>ele</i> regido de outras preposições D. <i>ele</i> com valor reflexivo (<i>dela</i> = <i>de si</i>)

As ocorrências do *ele* e flexões, nas diversas situações apresentadas pelo ‘corpus’, expôs-nos sua dupla possibilidade: o antecedente pode ser recuperado do ambiente textual:

(49) Se eu gostar de ainda encontrar uns pedacinhos de abóbora eu posso deixar, se eu quiser mesmo *ela* bem moidinha ... (TV, 1997)

em que *ela* refere-se ao antecedente *abóbora*;

ou do contexto situacional:

(63) Eu adoro *ela* que está do outro lado.

em que *ela* se refere exoforicamente a uma *flor* apontada no contexto situacional.

Do ponto de vista fórico, então, percebe-se que o pronome tônico de terceira pessoa pode referir-se endoforicamente a um elemento do próprio texto ou exoforicamente a um elemento que deve ser recuperado no ambiente extra-textual.

Ocorrência do pronome *ele* no português arcaico em comparação ao português brasileiro contemporâneo

Quadro V

Função Sintática	<i>Português arcaico</i>	<i>Português contemporâneo</i>
1. <i>Sujeito</i>	X	X
2. <i>Objeto direto</i> <i>ele</i> acusativo com preposição	X X	X
3. <i>Objeto indireto</i> preposição+ pronome sem preposição	X X	X X
4. <i>Adjunto adnominal</i>	X	X
5. <i>Complemento circunstancial</i> <i>ele</i> instrumental <i>ele</i> locativo (preposição + <i>ele</i>) <i>ele</i> locativo (sem preposição) <i>ele</i> com valor reflexivo	X X X	X X X X

3.3 Dados de dois dialetos portugueses

ele - objeto direto (século XX)

- (1) Vames puxand'*elas* pro barque. (Lagos, 1969)
- (2) ... fazemes a caldêrada e depôs vamos comer *ela*. (Lagos, 1969)
- (3) ... s'a gente chega a horas d'apanhar *eles*. (Lagos, 1969)
- (4) Tu que ponhas *eles* fora de casa. (Câmara de Lobos - 1961)
- (5) Cedo o pões dentro dum barco: cêdo jogou *ele* para dentro dum barco. (Câmara de Lobos - 1961)

No capítulo IV discutiremos a origem latina do terceiro pronome pessoal português com a intenção de buscar nessa língua elementos que “justifiquem” a forte

presença desse pronome em todas as funções sintáticas, inclusive a de objeto direto, no período arcaico e no atual. Mostraremos que a sua origem demonstrativa é a principal responsável pela distinção semântica, sintática e morfológica desse pronome em relação aos outros dois *eu* e *tu*. E ainda, que a neutralização de casos registrada no ‘corpus’ arcaico e contemporâneo responsável pela invariabilidade do pronome *ele* é devida à essa mesma origem demonstrativa.

CAPÍTULO 4

A respeito da origem do pronome de terceira pessoa

4.1 Das três pessoas gramaticais

Ao estabelecermos a origem do que nós classificamos como pronome de terceira pessoa no português e nas outras línguas românicas é necessário que se volte ao latim. O que encontramos nas gramáticas latinas é a expressão formal (pronominal) de apenas duas pessoas: *ego, tu* (sing.), *nos, vos* (pl.) no sistema pronominal dessa língua. A expressão pronominal da chamada terceira pessoa foi uma criação posterior, considerada pelos romanistas uma inovação românica.

O sistema pessoal românico composto de três pessoas guarda também uma distribuição de noções semânticas e de papéis sintáticos que nos remete ao latim clássico: de um lado a 1ª e 2ª pessoas, de outro a 3ª (sem pronome específico no latim).

Halliday & Hasan (1976:45) analisaram essas distribuições tomando por base os pronomes pessoais do inglês e concluíram o seguinte:

“The principal distinction is that between the **persons defined by their roles in the communication process**, on the one hand, and all other entities on the other. The former we shall call **speech roles**; they are the roles of **speaker and addressee**. (...) The latter, which we shall call simply other roles, include all other relevant entities, other than speaker or addressee. In terms of the traditional categories of person,

the distinction is that between first and second person on the one hand (I, you, we) and third person on the other (he, she, it, they, one).”¹

A terceira pessoa não participando como ator da constituição do processo de comunicação e, por conseguinte, não representando nenhum dos dois papéis - o de falante ou o de ouvinte - não pode ser considerada como pessoa, “is not a ‘person’ - not a role - at all (it can only be defined negatively as ‘not first or second’)”² op. cit.: 48

Daí a ausência de um elemento pronominal para caracterizar a terceira pessoa, como nós a entendemos hoje, no latim e em muitas línguas do passado.

Romanelli (1975:171) escreve sobre o pronome de terceira pessoa:

“ Exatamente como ocorre em outras línguas antigas, entre as quais avultam o Hitita, o Sânscrito, o Avéstico e o Grego, o latim não possui pronome de terceira pessoa. É essa, aliás, uma peculiaridade herdada do Indo-Europeu, o que não significa, necessariamente, que o verbo indo-europeu não tivesse forma própria de terceira pessoa, ainda que se admitia que, na origem, essa fosse, como se crê, pessoa de desinência zero. É oportuno lembrar aqui, embora seja óbvio, que uma coisa é a pessoa verbal e outra, a pessoa pronominal.

A 3a pessoa verbal, se tinha de referir-se a um sujeito, nunca o fazia a um pronome de 3a pessoa, que não existia, mas sempre a um nome.”

¹“A principal distinção é aquela entre as pessoas definidas por seus papéis no processo de comunicação, de um lado, e todas as outras entidades do outro. As primeiras nós chamaremos papéis de fala; eles são os papéis de falante e de destinatário. (...) As últimas, que nós chamaremos simplesmente outros papéis, incluem todas as outras entidades relevantes, outras que falante ou destinatário. Em termos das categorias tradicionais de pessoas, a distinção é aquela entre a primeira e segunda pessoa de um lado (*Eu, Tu, nós*) e a terceira pessoa de outro (*Ele, Ela, Ele e Ela* (seres inanimados), *Eles, Elas, Alguém.*)

² “Não é uma pessoa - não tem um papel - nada (ela pode somente ser definida negativamente como ‘não primeira ou segunda’).”

4.2 Do sistema pronominal latino

Figuravam em latim, com função quase equivalente ao atual pronome de terceira pessoa do português, os pronomes anafóricos, demonstrativos e de identidade: “normalmente *is*, para realce *ille*¹, para realce ainda mais intenso (indicativo de exclusão) *ipse*. (Lausberg, 1974:325)

Ao se examinar a situação dos pronomes pessoais, constata-se que, no latim clássico, o emprego dos pronomes de primeira e segunda pessoas, no nominativo, era um recurso de ênfase pois, o conceito de pessoa era igualmente veiculado, com precisão, pelas desinências número pessoal do verbo. Mas, segundo Elcock (1960:77)

“Popular speech, with its natural inclination to exploit all possibilities of emphasis², brought them into play more often, and also created a third in the series by employing the demonstrative *ille*, in some areas *ipse*, in this particular capacity.”³

Segundo Grandgent (1928:237) *ille*, *hic*, *ipse* e *is* disputavam, com igual valor, a posição definitiva do 3º pronome pessoal já no século II d.c. No século V d.c., segundo Bourciez (1946: 93), o demonstrativo *ille* já estava consolidado como pronome de terceira pessoa.

Dos quatro pronomes, *ille*, *hic*, *ipse* e *is*, que em latim se alternavam como sujeitos indicados pela desinência *-t*, ou como complementos, os dois primeiros eram demonstrativos, ou seja, itens de referência exofórica e endofórica; os outros dois, *ipse* e *is* eram apenas endofóricos.

¹ O demonstrativo *ille* não só era usado para realce mas também, e principalmente para exercer a demonstração no texto. Em contraposição com os outros demonstrativos, era usado para indicar o elemento mais afastado em relação ao falante e ao ouvinte.

² À ênfase poderíamos também acrescentar a necessidade funcional. As flexões verbais, na fala popular, já iam perdendo a capacidade de indicar a pessoa gramatical a que se referiam.

³ A língua popular, com sua natural inclinação para explorar todas as possibilidades de ênfase, trouxe-os em uso mais frequentemente, e ainda criou uma terceira na série ao empregar o demonstrativo *ille*, em algumas áreas *ipse*, nessa capacidade particular.

Estou seguindo aqui a definição de Halliday e Hasan (1976:33) segundo a qual existem na língua itens de referência endofórica (textual), cujo elemento referido se identifica no próprio texto, e itens de referência exofórica (situacional), que nos permitem localizar o elemento referido no contexto de situação. Os demonstrativos são itens de referência exofórica e, por extensão, no ambiente textual, podem assumir igualmente valores endofóricos.

Dentre eles o *ille* saiu vitorioso servindo como base, no português, não só para o pronome *ele*, como também para o artigo *o* e os demonstrativos *aquele* e *o*.

Esses elementos da língua portuguesa são resultado de evolução do *ille*, da seguinte forma:

(I)

Pronome demonstrativo
Eccu + ille (nom.) > * accu ille > <u>aquele</u>
Eccu + illa (nom.) > * accu illa > <u>aquela</u>
Eccu + illu- (acus.) > * accu illu- > <u>aquilo</u>

(II)

Artigo definido e o demonstrativo <i>o</i> :
Illum, Illam (acus.) > illu, illa > illo, illa > elo, ela > lo, la > <u>o, a</u>

(III)

Pronome pessoal
Ille, Illa (nom.) > <u>ele, ela</u>
Illum (acus.) > illu > illo > elo > <u>lo, o</u>
Illam (acus.) > illa > ela > <u>la, a</u>
Illi (dat.) > li > li + lo > lilo > lio > lho > <u>lhe</u>

4.3 Da evolução dos pronomes demonstrativos

Como se pode perceber através dos quadros anteriores, o pronome demonstrativo *ille* revela-se produtivo como base de elementos gramaticais no português (como também em outras línguas românicas).

É através da exposição de Halliday e Hasan (op. cit.:32) sobre referência que se pode ter uma visão mais ampliada do raio de ação deste elemento:

“It is certainly possible that, in the evolution of language, situational reference preceded text reference: ... (...) Being present in the text is, as it were, a special case of being present in the situation.¹

Da referência situacional, de acordo com os autores, deriva-se a textual. E é esta dupla referência - exofórica e endofórica - que os demonstrativos encerram:

“The item is identified as present in the environment and more, or less, remote. In both these instances the environment, as we have seen, may be situational or textual...”² (op. cit.:71)

Lyons (1974:28) discute a origem da referência anafórica a partir da deixis:

“It is my assumption that the anaphoric use of pronouns and adverbs is secondary to their basic function as deitics (cf. Lyons, 1968: 275 ff.). Anaphora involves the transference of what are basically deitic, and more specifically spatial, notions to the temporal dimension of the context of utterance and the reinterpretation of deitic existence in terms of what might be called textual existence. The referent of course does not exist in the text. But it is located in the universe of discourse (with derives

¹ “É certamente possível que, na evolução da língua, a referência situacional precedesse a referência de texto (...) Estar presente no texto é, como se fosse, um caso especial de estar presente na situação.”

² “O item é identificado como presente no ambiente, podendo estar mais ou menos longe. Em ambos os casos o ambiente, como acabamos de ver, pode ser situacional ou textual ...”

its temporal structure from the text) by means of an antecedent expression which either introduces or identifies a referent. Subsequent reference to this referent by means of an anaphoric expression identifies the referent in terms of the textual location of the antecedent.”¹

Como itens de referência endofórica o latim tem o *is* e o *ipse*, além do *idem*. Como de referência endofórica e exofórica, os demonstrativos *hic*, *iste* e *ille*, representando os três graus de proximidade. Os últimos abrangiam a função de referência textual dos primeiros. Era pois natural que, tendo elementos “fóricos” cobrindo ambas as referências (*hic*, *iste* e *ille*) e “fóricos” expressando apenas a referência endofórica (*is*, *ipse* e *idem*) desaparecessem os últimos que se tornaram obsoletos. *Is* foi o primeiro a dar provas disso ajudado por sua proximidade fonética com o demonstrativo *hic*, principalmente no nominativo plural *ii* e *hi*. Essa identidade formal entre os dois pronomes concorrentes levou *is* a ser considerado por muitos romanistas como “frágil” (Blatt, 1952), de “escassa consistência fonética” (Jordan e Manoliu, 1980) e “mais exposto ao enfraquecimento semântico e fonético” (Wartburg e Ulmann, 1975). *Hic* também desapareceu deixando vago o lugar de demonstrativo indicando “lo que está cerca de la persona que habla, en el espacio, en el tiempo o en su espíritu.”(Climent, 1971:189) O *ille* e o *ipse*, formalmente distintos dos outros dois, mas com funções equivalentes, resistiram à evolução da língua servindo como base para formas pronominais (pessoais e demonstrativas) e para o artigo, ambos atuando na mesma região ou em regiões diferentes².

¹ É minha hipótese que o emprego anafórico de pronomes e advérbios é secundário às suas funções básicas como dêiticos. A anáfora envolve a transferência daquelas noções que são basicamente dêiticas, e mais especificamente temporal, para a dimensão temporal do contexto de expressão e a reinterpretação da existência dêitica em termos do que deveria ser chamada de existência textual. O referente naturalmente não existe no texto. Mas ele está localizado no universo do discurso (que deriva sua estrutura temporal do texto) por meio de uma expressão antecedente que ou introduz, ou identifica um referente. A referência subsequente a esse referente por meio de uma expressão anafórica identifica o referente em termos da localização textual do antecedente.

² O *ipse* evoluiu para o demonstrativo de segunda pessoa em, praticamente, toda a România. O *ille* conservou seu emprego demonstrativo de terceira pessoa em toda a România. “Como pronome pessoal *ipse* e *ille* são empregados um a par do outro na Itália. Em Sardo só resta *ipse*, no resto da România só *ille*” (Lausberg, 1974: 325). Segundo Elcock (1960:82) a Sardenha tem uma série de formas átonas pessoais derivadas do *ille* e uma série paralela de tônicas derivadas do *ipse*. Como artigo *ipse* se encontra na

Vejamos, numa breve retrospectiva, tomando por base os estudos de alguns romanistas e latinistas (Blatt (1952), Climent (1971), Lausberg (1974), Wartburg e Ulmann (1975), Iordan e Manoliu (1980)) como é entendido, hoje, o processo de evolução dos demonstrativos do latim ao português:

O pronome *is*, que não era um demonstrativo propriamente dito mas que tinha em comum com estes a capacidade de referência endofórica (intra-textual), caiu em desuso. *Hic*, que era um demonstrativo de 1ª pessoa, usado frequentemente como substituto de *is*, “dejó de usarse (primero los casos oblicuos, más tarde los nominativos)” (Climent, 1971: 207).

A perda do pronome anafórico *is*, ao que parece, não repercutiu tanto na língua quanto a ausência do pronome *hic*. Para a função de referente textual a língua possuía, como visto acima, outros pronomes. Mas como referente situacional junto à primeira pessoa, o latim possuía somente o *hic*. Daí a necessidade de uma reorganização no sistema. *Iste*, que diferenciava-se de *hic* apenas pelo grau de proximidade com a 2ª pessoa passou a ser usado em lugar deste.

“En realidad, el uso de *iste* em vez de *hic* se remonta ya la habla popular del período arcaico y penetró luego paulatinamente en el lenguaje literario de los períodos siguientes, en especial en la época de la decadencia.” (Climent, 1971:208)

Na visão deste autor a sequência de deslocamentos continuou da seguinte maneira:

“Al convertirse *iste* en demostrativo de primera persona (=éste), se recorrió para sustituirlo en el latin hispánico a *ipse* (=ése), pues este pronombre ya en la época imperial (incluso a veces en la clásica) aparece muy desgastado¹, usándose como sinónimo no sólo de *idem*, sino

Sardenha, enquanto *ille* em todas as outras regiões. Da forma reforçativa * *metipse* temos o fr. *même*, csp. *mismo*, it. *medesimo* e port. *mesmo*.

¹ O que aconteceu com o pronome *ipse*, a meu ver, não poderia ser considerado um desgaste. A capacidade anafórica deste pronome permitiu que ele ‘invadissem’ a esfera dos pronomes *idem*, *is*, *iste* e *ille* convertendo-

também de *is* e *iste* (época postclásica), de *ille* (latim decadente) e incluso del artículo.”

Para tentar manter a distinção dos três pronomes demonstrativos segundo o grau de proximidade com o falante, com o ouvinte e com um terceiro elemento referido no discurso, o ibero-românico e uma parte da Itália utilizaram de todos os recursos disponíveis na língua, como esboçado acima.

Wartburg e Ulmann (1975:138) traçaram um quadro da transformação do sistema pronominal latino:

Transformação do sistema pronominal¹

Quadro VI

Pron. Pess.	<i>ego</i>	<i>tu</i>	(<i>is</i>) ←	Formas reforçadas
Determ.	I	→ <i>is</i>		IV
Demonstr.	II <i>hic</i>	← <i>iste</i>	<i>ille</i> ←	VII <i>eccille</i>
Ident.		→ <i>Ipse</i>	III	V <i>iste ipse</i>
Artigo		(<i>ipse, ille</i>) ←		<i>metipse, metpsimus</i>
			VI	

4.4 Do pronome *ille*

O pronome *ille*, terceiro no grau de proximidade dos demonstrativos, não se desloca de sua posição “que indica um objeto (ou pessoa) longínqua, que não se encontra na proximidade nem da pessoa que fala, nem da pessoa a quem se fala”(Lausberg, 1974:346); ao ser considerado um pronome de terceira pessoa. Ele preserva os traços de demonstrativo:

se em concorrente destes. Houve, na verdade, uma ampliação de sua função anafórica adicionando-se a ele a demonstração situacional.

¹ A explicação da numeração do quadro traçado por Wartburg e Ulmann é a seguinte:

I. *Hic* substitui *is*./ II. *Iste* desloca-se para o lugar de *hic*./ III. *Ipsa* torna-se um demonstrativo de 2ª pessoa./ IV. *Ille* se coloca no mesmo nível que *ego* e *tu*./ V. *Ille* e *ipse* dão origem ao artigo./ VI. Formas reforçadas para expressar a identidade./ VII. A forma reforçada *eccille* é usado na 3ª posição dos demonstrativos.

um pouco modificado, em sua forma, pela anexação de uma partícula de reforço, como observa Iordan e Manoliu (1980:301)

“ Tanto por necesidades estilísticas (expresion del énfasis) como porque el sentido déictico se fue atenuando, el latín popular intensificó los demostrativos uniéndolos de dos en dos o reforzándolos com partículas deíticas: lat. *eccum + ille* > rum. *acel (a)*, fr. *cel (lui)*, esp. *aquel*, port. *aquele*, it. *quello...*”

Na verdade, não houve uma substituição como nos diz Climent (1971:208) “En sustitución de *ille* se empleó en español el pronombre reforzado *eccu-ille* > ‘*aquél*’”.

A base da palavra *aquele* é o próprio pronome *ille*¹.

Desta forma preservou-se o padrão inicial do sistema demonstrativo. A evolução do *ille*, para o português, resultou em muitas formas e suas funções fônicas originais permanecem em cada uma delas. Ao mesmo tempo, alcançou-se a simetria formal no quadro dos pronomes pessoais com o seu alinhamento ao lado das outras duas formas pessoais.

Romanelli (op. cit.:173) sugere que a busca da simetria no sistema pronominal românico é herdada do indo-europeu:

“A 3ª pessoa foi conformada às duas primeiras por razões de simetria e porque toda forma verbal indo-européia tende a por em relevo o índice do sujeito, o único que ela possa manifestar. Temos aqui uma regularidade de caráter extremo e excepcional.”

¹ Observe-se que o pronome *ipse* foi tão produtivo quanto o *ille* na passagem para as línguas românicas. Em português, o pronome identificador *mesmo* formou-se a partir de uma aglutinação de *ipse* com partículas de reforço < *metipsimu*. Da forma simplificada *ipse* temos *esse* (demonstrativo de 2ª pessoa). Tornou-se artigo na Sardenha e forma tônica do pronome pessoal na Itália. Mas isso só foi possível porque o pronome *ipse* deslocou-se para a posição de demonstrativo de 2ª pessoa e como tal revestiu-se das funções deste.

As conseqüências formais e funcionais da classificação do *ele* (<*ille*) como pronome pessoal, no português, ao lado de *eu* (< *ego*) e *tu* (< *tu*) vem sendo alvo de comentários por parte de diversos estudiosos ao longo dos tempos.

Elcock (1960:77) comenta:

“During the later years of the empire *ille* was sufficiently established in its function as a personal pronoun to be reconized as such by Latin Grammarians, but it differed from the earlier personal pronouns in that it continued to inflect for genre, whereas they did not. In consequence, the third person presents in Romance a more complex picture than do the other two.”¹

Bourciez (1946:449) registra as formas deste pronome encontradas no português e espanhol dos primeiros tempos:

“Le pronom de la 3^a pers. a eu d’abord pour formes accentuées: suj. et rég. sg. *elle, ella*, pl. *ellos, ellas*. En espanhol, le masc. sg. *elle* (ou *elli*) s’est réduit à *él* dans le cours du XIII siècle; le portugais s’est séparé de l’espagnol en changeant de bonne heure le masc. pl. *ellos* en *elles* d’après le singulier. Un neutre *ello* existait dans les deux langues: il est resté en espanhol, mais a disparu du portugais au cours du XV siècle.
- Les formes atones, qui sont toutes obliques, présentent une double série: 1^a celle de l’accusatif *lo, la, los, las*, réduits de bonne heure en portugais à *o, a, os, as* (comme l’article e par le même processus); 2^a celle du datif, esp. *le, les* < *illi, illis* (dialectalement *li, lis*), ant. ptg. *li* ou *lhe, lis* ou *lhis*, ptg. mod. *lhe, lhes*.”²

¹ “Durante os últimos anos de império *ille* ficou suficientemente estabelecido em sua função como um pronome pessoal a ser reconhecido como tal pelos gramáticos latinos, mas ele diferia dos antigos pronomes pessoais por continuar a flexionar gênero, ao passo que os outros não. Em conseqüência, a terceira pessoa apresenta, em romance, um perfil mais complexo que as outras duas.”

² “O pronome de terceira pessoa teve, primeiramente, para as formas acentuadas: sujeito e regime singular: *elle, ella*, pl. *ellos, ellas*. Em espanhol o masculino singular *elle* (ou *elli*) reduziu-se a *el* no decorrer do século XIII; o português separou-se do espanhol mudando o masculino plural *ellos* em *elles*, de acordo com

Mattoso Câmara (1976: 98) classifica a terceira pessoa e suas flexões como um

“subsistema criado na fase românica”, pois, “apresenta uma forma livre e tônica, variável em gênero e número pelo modelo dos nomes (*ele, eles, ela, elas*), e duas formas clíticas adverbiais, que conservam a oposição latina entre acusativo e dativo. A forma acusativa, para objeto direto, é a partícula monofonêmica *o*, com um feminino e um plural também pelo modelo dos nomes (*o, a; os, as*). A forma de dativo para objeto indireto, não tem gênero mas tem plural em *-s* (*lhe, lhes*).”

Como expressão de terceira pessoa o *ille* e flexões estão presentes na maioria das línguas românicas. Mas, segundo Iordan e Manoliu (1980:281)

“su evolución semântica no fue lo suficiente grande como para que se le pudiera considerar como pronombre personal.”

De fato, o *ille*, como pronome pessoal, nunca chegaria a se igualar semântica e estruturalmente a *ego* e *tu* no processo comunicativo. Ele guarda características semânticas da sua origem demonstrativa e características estruturais próprias de um pronome adjetivo, qual seja, flexão de gênero e número. Características essas que o afasta das outras duas pessoas, como muito bem o observa Romanelli (op. cit.:173):

“Segue-se que, muito comumente, a pessoa só é própria das posições “eu” e “tu”. A 3a. pessoa é, em virtude de sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal.

Isso é tanto mais exato quanto só se concebem os pronomes de 1a e 2a pessoas como formas de gênero animado, ou, mais precisamente, só tem sentido se se referem a pessoas, jamais a coisas, enquanto o pronome de 3a pessoa é o único apto a expressar o inanimado.

o masculino singular. Um neutro *ello* existia nas duas línguas: permaneceu em espanhol, mas desapareceu do português no decorrer do século XV. As formas átonas, que são todas oblíquas, apresentam uma série dupla: 1ª aquela do acusativo: *lo, la, los, las*, reduzidas oportunamente no português a *o, a, os, as* (como o artigo e sob o mesmo processo); 2ª aquela do dativo: espanhol *le, les* < *illi, illis* (dialectalmente *li, lis*), antigo português *li* ou *lhi, lis* ou *lhis*, port. mod. *lhe, lhes*.”

È o que quer dizer Benveniste, quando escreve: “a referência à pessoa é uma referência zero fora da relação *eu/tu*”.”

Comrie (1981:184) escreve sobre o aspecto da animacidade dos pronomes pessoais (1a e 2a pessoa):

“In fact, only the human forms are genuinely personal pronouns, the non - human forms being demonstratives, a pattern found quite frequently across languages.”¹

4.4.1 Do *ille* adjetivo latino ao *ele* substantivo português

O pronome demonstrativo latino *ille* do qual se derivaram, no português, o demonstrativo *aquela*, o artigo definido *o*, o pronome demonstrativo *o* e o terceiro pronome pessoal *ele* era tipicamente adjetivo.

Rezende (1996:84) escreve: “é preciso observar que o pronome *ille* tem natureza de adjetivo e, sendo assim, aparece subordinado a um substantivo.” Nesta condição, como um pronome adjetivo, o *ille* exercia a deixis própria dos demonstrativos, ou, nas palavras de Halliday e Hasan (op. cit.) era “tipicamente exofórico e secundariamente anafórico”. Essas duas possibilidades semânticas do pronome *ille* refletiram diretamente nos elementos portugueses, seus derivados.

O pronome demonstrativo português *aquela* corresponde semântica e sintaticamente ao demonstrativo latino *ille* no que se refere à dupla referência e à

¹ “De fato, somente as formas humanas são genuinamente pronomes pessoais, as formas não-humanas sendo demonstrativas, um padrão encontrado bem freqüentemente através das línguas.”

possibilidade de empregar-se como adjetivo ou substantivo. Morfologicamente mantém as flexões de gênero (masc., fem. e neutro) e de número para o masculino e feminino. Além disso, a forma permanece semelhante à origem: *aquele* < **accuille*;

O artigo definido é proveniente do emprego adjetivo do *ille* (*illu-*).

O demonstrativo latino *ille* podia, ainda, ser substantivado. Como todo elemento de natureza adjetiva, o *ille*, quando substantivado, comportava-se como um fórico em relação a um substantivo que o antecedia. Situação, de certa forma, rara no latim clássico. Para a referência endofórica (anáfora e catáfora) possuía essa língua o pronome *is*. “o anafórico *is*, *ea*, *id* é que tem, em latim, o valor do pronome *ele*, *ela* do português.” (Rezende, op. cit.)

O *ille* substantivado era empregado quando se tornava necessário referir-se a um antecedente distante em oposição a outro mais próximo representado pelo anafórico *is* ou pelo pronome de primeira pessoa *hic*.

“... se houver uma referência de modo determinado a um e a outro dos dois termos opostos, *hic* referir-se-à ao objeto logicamente mais próximo do pensamento: se ambos estão a igual distância, *hic* designará o termo referido em último lugar e *ille* o mencionado primeiro.” (Almeida, 1968:321)

Do emprego substantivo do pronome *ille*, resultou, em português, o pronome *ele* e flexões (*o*, *a*, *os*, *as*/ *lhe*, *lhes*) e o demonstrativo *o*. Ambos pronomes substantivos exercendo tipicamente a referência endofórica.

Semanticamente, o pronome *ele* depende de um substantivo previamente mencionado. Em suma, sua presença no português mostra, na relação sintático-semântica, um papel substantivo e, na forma, a herança do seu valor adjetivo.

Para se ter uma visão mais completa dos elementos portugueses derivados do pronome *ille* e suas características semânticas, sintáticas e morfológicas herdadas do étimo latino, observem-se o quadro da página seguinte¹:

¹ Este quadro deve ser lido da seguinte forma: na 1ª coluna vertical têm-se as características dos elementos portugueses provenientes do *ille* latino. As restantes colunas verticais trazem, em primeiro lugar, o vocábulo português e o e as informações sobre ele encontram-se nas células imediatamente abaixo. Horizontalmente temos a visão geral de todos os elementos portugueses (1ª coluna) e as características próprias de cada um se encontram nas colunas horizontais abaixo.

Elementos portugueses originados do pronome *ille* e suas propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas.

Quadro VII

<i>Português</i>	Aquele <	O (artigo)	O (demonst.)	Ele	O (pron.)	Lhe
<i>Latim</i>	*Accuile (nominativo)	< illu- (acusativo)	< Illu- (acusativo)	< ille (nominativo)	< illu- (acusativo)	< illi (dativo)
<i>Referência:</i>						
<i>Típica</i>	exofórica	exofórica	endofórica	endofórica	endofórica	endofórica
<i>Secundária</i>	endofórica	endofórica		exofórica	exofórica	
<i>Relação</i>	determinante	determinan.	núcleo	núcleo	núcleo	núcleo
<i>Sintática</i>	núcleo regente / regido		regente /regido	regente/re gido	(regido)	(regido)
<i>Categoria gramatical</i>	pronome Adjetivo demonst.	artigo	pronome Substant. demonst.	Pronome pessoal	Pronome pessoal	Pronome pessoal
<i>característica morfológica</i>	flexão de gênero (3) e número	flexão de gênero e número	flexão de gênero (3) e número	flexão de gênero e número	flexão de gênero e número	flexão de número.

Observando-se o quadro acima e tomando por base as noções de endófora e exófora, expostas na sessão 4.3 deste capítulo para os fóricos latinos, dois pontos devem ser levantados:

A) O pronome demonstrativo português *aquele*, como mencionado anteriormente, é o elemento proveniente do *ille* latino que mantém mais fielmente suas características semânticas e morfossintáticas. Como o étimo latino, o pronome *aquele* conserva as flexões de gênero e número, o emprego adjetivo e substantivo e as respectivas referências extra e intra textuais. Ambos pertencem à mesma categoria gramatical - pronome demonstrativo. Pode-se afirmar, pois, que o pronome *aquele* é o correspondente português do *ille* latino.

B) Os restantes elementos são o resultado de dois empregos específicos do *ille* (nominativo) e do *illu-* (forma acusativa do *ille*) quais sejam: adjetivo e substantivo.

B.1) Da última forma (*illu-*), empregada como adjetivo, tem-se, em português, o artigo definido. Esse elemento português mantém o emprego adjetivo e a referência exofórica típica do demonstrativo latino. Como este pode ser empregado endoforicamente que é uma extensão da referência exofórica demonstrativa.

B.2) *o(aquele)*, *a(aquela)*, *o(aquilo, isto, isso)*. Esta tríplex forma do pronome demonstrativo, tem a sua origem etimológica no acusativo do demonstrativo *ille*: *illum* (>ello >lo >o), *illam* (>ella >la >a), *illud* (>ello >lo >o). Sua

referência é apenas endofórica, que é a segunda possibilidade de referência assumida pelo pronome latino *ille*, quando empregado substantivamente.

B.3) O *ille* ao ser empregado freqüentemente como substantivo, com valor endofórico, passou a ser considerado, no latim tardio, um pronome pessoal. Como tal serviu-se das seguintes flexões de caso: *ille* (nom.) > *ele*, *illum* (acus.) > *o* e *illi* (dat.) > *lhe*. O *ele*, no português, emprega-se como substantivo e sua referência típica é a endofórica. Pode ainda, menos comumente, referir-se ao contexto situacional.

B.4) O *o* pronome átono de terceira posição emprega-se substantivamente e sua referência típica é a endofórica. Secundariamente e muito raramente, pode-se referir exoforicamente.

Segundo Haliday e Hasan (op. cit.) devemos entender a expressão “referência típica” como uma tendência apresentada por determinados itens ou classes de itens de serem empregados exoforicamente ou endoforicamente; mas a relação de referência, segundo eles, é ela própria neutra: ela meramente significa “ver em outro lugar”. A expressão “referência secundária” fica reservado à uma outra referência possível ao item, devido à sua origem demonstrativa: o que não quer dizer que ambas as referências devam obrigatoriamente ocorrer num mesmo elemento. No caso dos pronomes pessoais os autores assim caracterizam as suas referências típicas:

“The first and second person forms essentially refer to the situation, whereas those of the third person essentially refer anaphorically to the text.”¹

A referência secundária dos pronomes pessoais assim é definida pelos autores.

Eles começam se referindo às 1^a e 2^a pessoas:

“In written language they are anaphoric when they occur in quoted (‘direct’) speech, as opposed to those instances where the writer is addressing his readers... (...) At the same time, just as the first and second person forms, while typically exophoric, may refer anaphorically, so also the third person forms, while typically anaphoric, may refer exophorically to some person or thing that is present in the context of situation.” (op.cit.:48 e 49)²

É o que se pode observar também com alguns elementos portugueses derivados do *ille*.

A referência típica é fácil de ser apontada nos elementos portugueses em estudo. Já a referência secundária é apenas uma possibilidade que o elemento carrega devido à sua origem demonstrativa. Portanto ela pode ou não aparecer na língua. O artigo definido e o pronome tônico de terceira posição são exemplos de itens que têm suas referências secundárias empregadas pelos falantes da língua. Já o mesmo não acontece com o pronome

¹ “As formas de primeira e segunda pessoas essencialmente se referem à situação, ao passo que aquelas da terceira pessoa se referem anafóricamente ao texto.”

² “Em língua escrita eles são anafóricos quando ocorrem em discurso citado (‘directo’), quando opostos àquelas situações onde o escritor está se dirigindo a seus leitores... (...) Ao mesmo tempo exatamente como as formas de primeira e segunda pessoas, enquanto tipicamente exofóricas, podem referir-se anafóricamente, assim também as formas de terceira pessoa, enquanto tipicamente anafóricas, podem referir-se exofóricamente a alguma pessoa ou coisa que está presente no contexto de situação.”

demonstrativo *o* e o pronome pessoal complemento *o*. As referências secundárias são inexistentes ou de raro emprego.

4.5 Da morfologia do pronome *ele*

Mattoso Câmara (1972:49, 50) assim interpreta a questão semântica e morfológica do pronome *ele*:

“Sob o aspecto semântico geral, o pronome da terceira pessoa está ligado aos nomes, dos quais ele é um substituto; ao contrário, os pronomes da primeira e segunda pessoa não se referem a um nome, mas diretamente às pessoas do discurso. (...) A criação do pronome de terceira pessoa resulta de um tão grande enfraquecimento do valor dêitico, que passamos a nele ver uma forma separada do sistema dos demonstrativos. Mas não há nunca uma integração perfeita da nova forma no fundo semântico dos pronomes pessoais, e para o português não houve também integração morfológica.”

A não integração morfológica, referida pelo autor, diz respeito ao fato de esses pronomes ostentarem flexão de gênero e número.

Esta aproximação morfológica com os nomes e os demonstrativos (flexionam gênero e número: *ele, ela, eles, elas*) e a aproximação semântica (refere-se a um substantivo) parece ter colaborado para uma aproximação sintática com os mesmos na língua falada: a não distinção de casos (“Diz-se, portanto, *ele* anda, falo a *ele*, vejo *ele*, exatamente como Pedro anda, falo a Pedro e vejo Pedro” (Idem: 49))

“Em outras palavras, se o substantivo mantém invariável a forma, independentemente da função sintática, por que razão o pronome

(de 3ª pessoa) deve ostentar formas distintas, de acordo com o seu papel na frase?” (Martinez, 1986:14)

Um outro aspecto da morfologia dos pronomes pessoais de terceira pessoa não abordado por Mattoso Câmara (1975) mas que parece ser relevante para o nosso estudo é o fato de que eles se derivaram de um única raiz: *ille* e flexões. Já os outros dois pronomes, para completarem seus quadros flexionais, lançaram mão de formas supletivas.

Romanelli (1977:156) observa que

“Nenhuma classe de palavras exhibe um caráter supletivo tão evidente e tão variado, quanto a dos pronomes pessoais. (...) Se se confronta, por exemplo, o sg. com o plural, na 1ª e 2ª pessoas, ou o nom. com o genitivo no singular., como no plural, vê-se logo quanto diferem.”

No que diz respeito à primeira pessoa tem-se três raízes que deram origem a *eu*, *me* e ao plural *nós*. A segunda pessoa formou-se a partir de duas: *tu* e *vós*. Diferentemente, de um único demonstrativo formaram-se todas as flexões de 3ª pessoa. Com um “agravante” em favor da forma nominativa: *ele* tanto serve de nominativo quanto de forma oblíqua preposicionada enquanto que *mim* e *ti* (diferentes de *eu* e *tu*) são as formas preposicionadas das outras duas pessoas.

4.6 Comentários finais

Esses aspectos levantados com relação à origem e evolução do *ille* latino para o *ele* português, pertinentes à questão formulada em 2.2.2: **O que leva o pronome *ele* a se comportar diferentemente dos outros dois da sua classe?**; podem ser sumarizados da forma que se segue:

A) No aspecto semântico

- O pronome *ele* não pode ser considerado como pessoa gramatical. O conceito de pessoa gramatical está vinculado à participação do ente ao qual o

pronome se refere, como ator, no processo comunicativo. Este é constituído pelos pronomes *eu* - falante - e *tu* - ouvinte.

- Os pronomes de 1ª e 2ª pessoa só podem ser associados a gênero animado, pois só se referem a pessoas, jamais a coisas, enquanto o pronome de 3ª pessoa é o único apto a expressar o inanimado.
- A origem do pronome *ele* é o pronome demonstrativo latino *ille*. Como todo demonstrativo, o *ille* tinha a capacidade de referência exofórica e endofórica. Por causa dessa dupla possibilidade referencial e do seu duplo emprego, adjetivo ou substantivo, revelou-se muito produtivo na passagem do latim às línguas românicas. Ainda no latim, como visto na seção 4.3, o pronome *ille* expande seu campo de atuação podendo substituir o anafórico *is* e o pronome de identidade *ipse*. No português o pronome *aquela* é exemplo da conservação da quase totalidade das características do *ille*; o artigo definido provém do emprego específico do *illu-* como adjetivo e o pronome pessoal de terceira posição *ele* é resultado do emprego substantivo do *ille*, exercendo a referência intra-textual. O pronome português *ele* herdou ambas as capacidades do demonstrativo latino e especializou-se, como substantivo, na referência textual, que é derivada da situacional: referência primária do demonstrativo latino *ille*, de natureza adjetiva. A forma nominativa *ele* < *ille* parece ser a que, mais frequentemente e de modo mais transparente, exerce essas duas capacidades. As formas oblíquas correspondentes *o* < *illu-* (acusativo) e *lhe* < *illi* (dativo) são empregadas endoforicamente.
- Além das distinções internas com relação à maior capacidade do *ele* de expressar as duas referências, há a distinção entre as pessoas (a 1ª e 2ª pessoa de um lado, e a 3ª do outro) no que se refere à capacidade referencial típica de cada uma. Segundo Halliday e Hasan (op. cit.: 48) as formas de primeira e segunda pessoas essencialmente se referem à situação, ao passo que as da terceira pessoa essencialmente se referem anafórica e cataforicamente ao texto. Mattoso Câmara assim sintetiza essa distinção: “ o pronome *ele* e

flexões está ligado aos nomes, dos quais é um substituto; ao contrário, os pronomes da primeira e segunda pessoa não se referem a um nome, mas diretamente às pessoas do discurso.”

B) No aspecto sintático

- O pronome *ille* era de natureza adjetiva e, neste emprego, exercia a dêixis extra-textual. O seu emprego substantivo pode ser associado à sua capacidade de referência endofórica. O pronome *ele* do português originou-se desse último emprego do *ille* e continua empregado substantivamente nesta língua. Funciona como núcleo do sintagma e pode assumir diversas funções sintáticas: sujeito e complemento preposicionado ou não. Pode, dessa forma, ser regente ou regido, diferentemente do clítico *o* que se emprega apenas como complemento direto.

C) No aspecto morfológico

- O pronome *ele* apresenta uma forma livre e tônica, variável em gênero e número pelo modelo dos nomes (*ele, ela, eles, elas*) e duas formas clíticas adverbiais, que conservam a oposição latina entre acusativo e dativo. A primeira flexiona-se também em gênero e número (*o, a, os, as*) e a última somente em número (*lhe, lhes*). Os outros dois pronomes *eu* e *tu* (plural *nós* e *vós*) apresentam formas supletivas e servem-se das formas *me* e *te* para acusativo e dativo. Entretanto possuem a forma tônica *mim* e *ti* para os complementos preposicionados.
- Um segundo aspecto da morfologia do pronome *ele* e flexões, que o distancia dos outros pronomes pessoais, é o fato de ele se originar de uma única raiz: *ille* e flexões. Os pronomes precedentes *eu* e *tu* lançaram mão, no processo de formação do quadro pessoal, de formas supletivas. A primeira pessoa é

composta de três raízes: *eu*, *me* e *nós*. A segunda formou-se a partir de duas: *tu* e *vós*.

- Essa formação de raiz única para o pronome *ele* e flexões e de raízes diferentes para as outras pessoas do quadro pessoal permite ao primeiro a coincidência da forma *ele* tanto para sujeito quanto para objeto preposicionado. Ao contrário, a primeira e segunda pessoa apresentam formas distintas para sujeito e objeto preposicionado: *eu: mim; tu: ti*.

A seguir apresentaremos a conclusão.

CAPÍTULO 5

Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi o de ampliar o conhecimento já existente sobre o fenômeno lingüístico do emprego do terceiro pronome tônico como objeto direto, ou seja o *ele acusativo*, no português contemporâneo do Brasil.

A hipótese inicial foi a de que esse emprego seria um caso de retenção lingüística visto haver registro de ocorrências do *ele acusativo* em pelo menos dois períodos da língua portuguesa: o português arcaico e o português brasileiro contemporâneo. Havia, porém um “problema” com os dados arcaicos até então estudados e analisados pelos lingüistas: eram dados extraídos de obras literárias da época considerados por uns como enfáticos e esporádicos e por outros não enfáticos e freqüentes.

A partir daí empreendi uma pesquisa em busca de dados arcaicos que não suscitassem dúvidas a esse respeito.

Os documentos notariais arcaicos me forneceram não só ocorrências do *ele acusativo* mas revelaram ainda a forte presença do *ele* em todas as funções sintáticas. Com essa “descoberta” conseguiram-se duas importantes conquistas para a compreensão do período arcaico:

- mostrar, contrariamente ao que se acreditava, a existência do *ele acusativo* sem matiz enfático, nesse período;
- demonstrar a relevância dos documentos notariais para os estudos de sintaxe histórica.

Tornou-se claro que a mesma explicação para a existência dos dados do *ele acusativo* no período arcaico poderia ser aplicada ao português brasileiro contemporâneo. O próximo passo foi voltar ao latim para

- discutir a origem latina do pronome de terceira pessoa português e buscar, nessa língua, elementos que “justificassem” sua forte presença em todas as funções sintáticas, inclusive, a de objeto direto, no período arcaico e no atual.

Foi importante saber, entre outras coisas, que o chamado pronome de terceira pessoa é reconhecidamente uma criação românica a partir de um demonstrativo latino. Essa origem explicou, por exemplo, a maior identidade do *ele* como os nomes (substantivo e demonstrativo) e o seu conseqüente distanciamento dos outros pronomes pessoais.

Este trabalho mostrou, contrariamente ao que foi sugerido por Mattoso Câmara (1972), que o português arcaico e o brasileiro contemporâneo possuem um subsistema próprio composto dos pronomes de 3ª posição em que todas as funções sintáticas estão representadas pela mesma forma: *ele (ela, eles, elas)*.

Vejamos capítulo a capítulo o que foi feito para se alcançar o objetivo proposto.

No capítulo 1 colocou-se o problema da ocorrência do fenômeno *ele acusativo* no português brasileiro contemporâneo e no português arcaico. Apresentou-se ainda os ‘corpora’ a serem pesquisados: *documentos notariais*, para o português arcaico; *entrevistas de televisão* e algumas obras de *Adélia Prado*, para o português brasileiro contemporâneo. Cumpriu ressaltar, neste capítulo, a escolha dos documentos notariais como ‘corpus’ do período arcaico. Reconheceu-se neles a devida importância para os estudos de sintaxe histórica. No final do capítulo adicionaram-se alguns dados de história externa do *ele acusativo*. A localização geográfica dos documentos pesquisados (a maioria do noroeste de Portugal) e a provável procedência nortista dos primeiros povoadores portugueses no Brasil poderiam representar um forte indício da continuidade do fenômeno e sua possível origem lusitana.

No capítulo 2 apresentou-se a resenha bibliográfica. Constatou-se a grande quantidade de estudos, a maioria superficiais, a respeito do tema. Na primeira parte descreveu-se a polêmica em relação ao aspecto histórico do fenômeno *ele acusativo*: arcaísmo sintático ou brasileirismo. Os que abraçaram a primeira proposta apostaram na continuidade do fenômeno e os que defenderam a segunda afirmaram ser o fenômeno uma criação brasileira. Ambos os grupos utilizaram-se dos mesmos exemplos: frases extraídas de

obras literárias do período arcaico. A escassez de dados e a origem literária dos mesmos levou grande parte dos lingüistas a considerá-los enfáticos e esporádicos. E ainda, sem ligação com os dados do *ele acusativo* contemporâneo.

A hipótese principal defendida por aqueles que consideraram o fenômeno uma criação brasileira foi a da substituição do oblíquo *o* pelo pronome tônico *ele*. A tendência analítica da língua ou a falsa analogia foram apresentadas também como responsáveis por esse emprego.

Houve concordância apenas na confirmação da grande abrangência social do fenômeno: ele ocorre em todas as classes e situações sociais.

A questão da classificação dos dados arcaicos do *ele acusativo* em enfáticos ou não enfáticos, que “provocou” a discordância entre os estudiosos do começo do século, tornou-se clara neste trabalho ao apresentarmos o estudo de Maia (1986) e Martins (1994). O que se tem, na verdade, no período arcaico, são duas construções onde o pronome *ele* funciona como objeto direto: uma estrutura semanticamente equivalente à construção de redobro do clítico (construção enfática utilizada não só em textos literários mas até mesmo em documentos notariais) mas sem a presença deste. Nesta construção as formas oblíquas tônicas das outras duas pessoas podem aparecer, sem preposição e sem o clítico correspondente. E uma outra onde não há redobro do clítico nem equivalência semântica com a construção enfática. Esse tipo de estrutura acusativa só aceita o pronome tônico de terceira posição.

Com a ‘descoberta’ deste último tipo de construção “caiu por terra” a argumentação levantada por alguns estudiosos de que os dados arcaicos eram esporádicos e enfáticos e por isso não podia haver ligação histórica entre as ocorrências desse período e as do português brasileiro contemporâneo. Esse *ele acusativo* ‘puro’, não derivado de construção enfática, foi encontrado no ‘corpus’ arcaico deste trabalho.

Vimos ainda nesse capítulo o estudo de Mattoso Câmara (1972) para o português do Brasil. O autor considerou o fenômeno uma inovação brasileira e analisou o pronome *ele* em todos os níveis gramaticais: morfológico, sintático e semântico. E conclui

projetando um subsistema próprio para esse pronome: o *ele* e flexões permanece invariável em todas as funções sintáticas.

Maia (1986) contestou o trabalho de Mattoso Câmara ao afirmar que a explicação estrutural proposta por ele devia ser estendida para o antigo galego português e não considerada uma inovação brasileira. De fato, o ‘corpus’ arcaico desta pesquisa confirmou a invariabilidade sintática do pronome *ele*.

Na seção 2.2 analisamos a posição de linguistas de orientação gerativista e variacionista. Os estudos, em sua maioria, consideraram o fenômeno sincronicamente. Os que trabalharam com diacronia o fizeram utilizando-se de ‘corpora’ dos séculos XVIII ou XIX. Apenas Omena (1978) recuou até o período arcaico e produziu um estudo comparativo entre os dados da *Demanda do Santo Graal* (XV) e os dados contemporâneos produzidos por informantes cariocas analfabetos.

O foco de estudo, na maioria dos trabalhos analisados nessa seção, foi a perda do clítico acusativo de terceira pessoa e conseqüente aparecimento, nessa função, do pronome lexical *ele*, da categoria vazia ou do SN. As causas arroladas para tais substituições foram: mudança na direção da cliticização fonológica de ênclise para próclise (Nunes, 1993); enfraquecimento da morfologia de caso (Decat, 1989); língua de tópico - comentário (Galves, 1987) ou distanciamento das formas casuais latinas desde os primórdios da língua.

A maioria dos linguistas citados acima falaram do aparecimento do pronome tônico na função objetiva direta apenas neste século ou nos dois anteriores. Neste ponto do trabalho, tendo já constatado a estrutura *ele acusativo* no período arcaico, tornou-se evidente este equívoco.

Por fim, listarei aqui as construções apresentadas por diversos autores onde o emprego do *ele acusativo* foi considerado correto pelos falantes de todas as classes sociais. Nessas construções tornou-se evidente a invariabilidade do pronome *ele* na função objetiva direta. São elas:

- Em construções de tópico onde este “só pode ser retomado como um do itens do objeto direto composto por duas formas: o pronome lexical ou o

sintagma nominal pleno. Ex.: (1) Meu pai, eu dificilmente vejo *ele* e minha mãe sem que eles estejam olhando um para o outro.” (Malvar, 1992:69)

- “Construções com objeto sentencial preposicionado. Ex.: (13) Uma parou agora porque o marido dela está bem demais. Então o marido proibiu *ela* de trabalhar.
- Estruturas reduzidas de infinitivo e gerúndio. Ex.: (14) Ontem ele foi ao cardiologista. Eu já deixei *ele* ir ao cardiologista sozinho há muito tempo. (15) Quando nós estávamos saindo da loja nós vimos *eles* quase parando o carro.” (Duarte, 1986:24)
- “Estrutura de objeto direto anafórico de terceira pessoa + numeral só aceita a variante pronome lexical. Ex.: (7) ... o papai e o tio, provavelmente, o Nilson vai buscar *eles* dois na rodoviária.”

Omena (1978:116) observou, no texto do português arcaico examinado por ela, coincidência de contextos favorecedores do pronome *ele* acusativo que atuavam também no português brasileiro contemporâneo:

- “construções sintáticas bastante semelhantes e repetidas em que invariavelmente ocorria o pronome de caso reto, em função objeto direto. Uma delas era a de objeto direto composto, cujos núcleos apresentavam SNs referentes a um ser humano (primeiro núcleo) e a um ser animado, humano ou não humano (segundo núcleo). Em todos os casos o primeiro SN era um pronome pessoal do caso reto. Ex.: Entom foi ferir Amatim, o boõ justador, atam bravamente que lhe meteu o ferro da lança pelo braço e pelo corpo e meteu *ele* e o cavalo em terra ...
- Construções que envolviam repetição com reciprocidade e/ou omissão. Ex.: E Galvom salvou *ela* e ela a *ele*. (...) Em todas essas estruturas a constante foi ser o antecedente um ser animado, ou mais precisamente, um ser humano.”

No capítulo 3 apresentamos e classificamos os dados dos ‘corpora’ do trabalho. Os dados arcaicos e os dados contemporâneos foram selecionados por tipos sintáticos. Desta forma, não somente a ocorrência do *ele acusativo* foi registrada mas também o *ele* nas mais diversas funções sintáticas. Foi apresentado ainda, mas sem classificação em tipos sintáticos, cinco frases de dois dialetos portugueses com o objetivo de mostrar a existência do *ele acusativo* no português lusitano. Com esta classificação constatou-se que:

- o *ele* aparece em todas as funções sintáticas nos dois períodos da língua. Essa liberdade sintática, comprovada nos dados, mostrou-nos a independência desse pronome, não só internamente - nas flexões de caso -, mas ainda externamente - em relação aos outros pronomes pessoais;
- os dados do *ele acusativo* no período arcaico apresentaram-se nos sem matiz enfático equivalentes, portanto, aos do português brasileiro contemporâneo;
- o *ele* preposicionado apareceu frequentemente em lugar do clítico *lhe* e em estruturas onde o possessivo poderia ocorrer.

No capítulo 4 o pronome *ele* foi analisado sob todos os aspectos: morfológico, sintático e semântico. Tornou-se evidente, ao longo do capítulo, a distância desse pronome em relação aos outros pronomes pessoais. Voltou-se ao latim para encontrar, nessa língua, explicações para as ocorrências do *ele acusativo* arcaico e por extensão para o emprego brasileiro contemporâneo desse fenômeno.

Em primeiro lugar reafirmou-se que o pronome de terceira pessoa, como nós o entendemos hoje, é uma criação românica. No latim não existia um pronome específico para a 3ª pessoa verbal. A noção de pessoa inclui participação no processo comunicativo. Os papéis de falante e ouvinte são preenchidos pelos pronomes *eu* e *tu*. A terceira é uma não pessoa.

Em segundo lugar descreveu-se o sistema pronominal latino. Mereceram destaque os demonstrativos de onde o pronome *ele* se derivou. O aspecto semântico da referência mostrou-se o mais relevante para explicar a produtividade do demonstrativo *ille*, na passagem para as línguas românicas, especialmente sob a forma do pronome pessoal *ele*.

Em seguida, na seção 4.4.1 discutiu-se a possível associação entre as referências exofóricas e endofóricas e o emprego adjetivo ou substantivo do étimo latino *ille*. Todos os elementos portugueses derivados desse demonstrativo foram apresentados com as suas características morfológicas, sintáticas e semânticas. O pronome *ele* mostrou-se distinto dos clíticos *o* e *lhe* no que se refere à sua dupla capacidade referencial.

Na seção 4.5 os aspectos morfológicos do pronome *ele* tornaram mais evidente a diferença entre este e os pronomes *eu* e *tu*: o primeiro flexiona-se em gênero e é derivado etimologicamente de uma única raiz: *ille* e flexões. O pronome *ele* apresenta a mesma forma para sujeito e complemento preposicionado; *eu* e *tu* não repetem a forma de sujeito pois possuem as formas tônicas *mim* e *ti* para esses tipos de complementos.

Com a retomada de todos os aspectos levantados sobre o pronome *ele* encerrou-se o capítulo. Ficou, pois, clara a distinção entre este e os outros pronomes pessoais. A partir daí ‘justificou-se’ a sua capacidade de formar um subsistema próprio de terceira posição no qual todas as funções sintáticas são preenchidas pela forma invariável *ele* e flexões.

Esperamos com esta dissertação preencher diversas lacunas deixadas por trabalhos que trataram do assunto mas não aprofundaram devidamente a questão. Também, com este estudo diacrônico, lançar novas luzes à questão polêmica do aspecto histórico do fenômeno: arcaísmo ou brasileirismo.

Para os partidários do ‘brasilismo’ esclarecer que hipóteses do tipo “falsa analogia a partir do emprego sujeito diante de um infinitivo complemento de um outro verbo” (Marroquim, 1934) e “conseqüência do desaparecimento da preposição *a* do dativo enfático” (Paiva Boléo, 1943) não explicam, na verdade, a origem do fenômeno. São apenas explicações superficiais a partir de observações de algumas estruturas esparsas da língua.

Para os partidários do ‘arcaísmo’ esperamos ter contribuído, a partir dos dados arcaicos novos e mais próximos dos da língua brasileira contemporânea, para fortalecer as suas posições.

Com a escolha dos dados arcaicos a partir da documentação notarial esperamos não só alertar os estudiosos de lingüística histórica para o valor desse tipo de texto, para a pesquisa, mas também contrapô-los aos dados apresentados até então para esse período.

E por fim esperamos ter deixado claro que a nossa pesquisa teve como objeto de estudo o pronome *ele* e flexões encaixado no sistema pronominal pessoal. E, como tal, realçou as divergências internas - resistência em se flexionar em caso - e externas - não integração morfológica e semântica - que esse pronome apresenta no sistema, provenientes de sua origem demonstrativa. Constatou-se ainda que, em ambos os períodos estudados, o *ele* ocorre não só como objeto direto mas tem grande facilidade em aparecer em todas as outras funções sintáticas. O fenômeno configurou-se, então, como uma retenção sintática através do tempo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1978.
- _____ *Gramática Latina*. São Paulo: Saraiva, 1968.
- AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira*. São Paulo: HUCITEC, 1976. Pág. 75
- AZEVEDO, Paulo de. *Novo Manual de língua portuguesa, Gramática Histórica*. Curso Complementar. São Paulo: FTD, 1926.
- BLATT, Franz. *Précis de Syntaxe Latine*. Paris: IAC, 1952.
- BOURCIEZ, Edouard. *Elements de Linguistique Romane*. 4ª ed.. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1946.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- BYNON, Theodora. Sintatic Reconstruction: a case study In: *Proceeding of the XIII International Congress of Linguists*. Tokyo: Hattore, 1985.
- _____ *Historical Linguistics*. Cambridge: Cambridge Textbooks in Linguistics, 1993.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP. 1989.
- CLIMENT, Mariano Bassols de. *Sintaxis Latina I*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Patronato "Menendez y Pelayo", 1971.
- COHEN, M.A., PRADO, S., SEABRA, M.C. O BTLH - Banco de Textos para pesquisa em Lingüística Histórica - dados de Barra Longa - MG. *Filologia e Lingüística* 2, FFCHL, USP, 1998.
- COMRIE, Bernard. *Language Universals and Linguistic Typology*. Syntax and Morphology. England: Basil Blackwell . Oxford, 1981.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.

- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objetos nulos e clíticos. In: Ian Roberts e Mary Kato. *Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica*, homenagem a Fernando Tarallo. Campinas : UNICAMP, 1993. Capítulo V, págs. 163 a 184.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Construções de Tópico em Português: Uma Abordagem Diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal.. In: Fernando Tarallo (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. Capítulo 7, Págs. : 113 a 139.
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Sintaxe Histórica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1959
- DUARTE, M^a Eugênia Lamoglia. Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia No Português do Brasil. In: Fernando Tarallo (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. Capítulo I, Págs: 19 - 34
- ELCOCK, W. D.. *The Romance Languages*. London: Faber & Faber, 1960.
- FERREIRA, Antônio Gomes. *Dicionário de Latim/Português*. Porto: Porto Editora, 1987.
- GALVES, Charlotte. A Sintaxe do Português Brasileiro. In: Marco Antônio de Oliveira & M. Nascimento (orgs.). *Ensaio de Lingüística*. Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura da FALE. Belo Horizonte: UFMG. Nº 13, 1987.
- GRANDGENT, C. H.. *Introducción al Latin Vulgar*. Madrid: Lib. Y Casa Edit. Hernando (S.A), 1928.
- HALLIDAY, M. A K., HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. New York: Longman, 1976.
- HUBER, Joseph. *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1933.
- IORDAN, Iorgu y MANOLIU, Maria. *Manual de Linguística Românica*. Madrid: Gredos, 1980.
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística Românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- LEAL, M^a. A. Fonseca. Complementos Preposicionados no Sintagma Verbal Português: uma abordagem Sincrônica e Diacrônica In : Mari e Leal.. *Reflexões Diacrônicas*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 1992.
- LESSA, Luis Carlos. *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

- LINDLEY CINTRA, M. L. F. Communications de M. L. F. Lindley Cintra; I. - Les Anciens Textes Portugais Non Littéraires. Classement et Bibliographie. *Revue de Linguistique Romane*. 1963. Vol. 27. Págs. 40 a 58
-
- II. Observations sur L'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens- portugais de la seconde moitié du XIII siècle. *Revue de Linguistique Romane*. 1963. Vol. 27, págs. 59 a 77
- LYONS, John. Deixis as the source of reference. *Formal Semantics of natural Language*, Cambridge University Press, 1974.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. 2º vol.: c- e
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português. Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XV* (com referência ao Galego moderno)/ Coimbra: INIC, 1986
- MALVAR, Elizabeth da Silva. *A realização do objeto direto de terceira pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil*. Tese de mestrado, 1992. Universidade de Brasília.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1934. Pág. 176
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores, 1984. Vol. II
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na História do Português*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1994 (Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa).
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
-
- O Português Arcaico - Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MATTOSO CÂMARA JR., J.. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
-
- História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

- MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique. *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro: AGIR, 1946. Página 79
- MONTEIRO, Clóvis. *Português da Europa e Português da América*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MOTA, Othoniel. *O Meu Idioma*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- NASCENTES, Antenor. *O Linguajar Carioca*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Edição das Organizações Simões, 1953.
-
- Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 1955.
- Vol. I
- NUNES, Jairo M. Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro. In: Ian Roberts e Mary Kato (orgs.). *Português Brasileiro; Uma viagem diacrônica* : homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. Capítulo : VII, Págs 207-222.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 6ª ed.. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1960.
- NUNES, José de Sá. *Língua Vernácula*, 4ª série. São Paulo: Saraiva, 1938.
- OMENA, Nelize Pires de. *Pronome Pessoal de Terceira Pessoa. Suas Formas Variantes em Função Acusativa*. Dissertação de Mestrado, PUC, Rio de Janeiro, 1978.
- PAGOTTO, Emilio G.. Clíticos, Mudança e Seleção Natural.. In: Ian Roberts e Mary Kato (orgs.) *Português Brasileiro, Uma Viagem Diacrônica*: homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. Capítulo VI, Págs.: 185 a 216.
- PAIVA BOLÉO, Manuel. *Brasileirismos*. Coimbra: Coimbra editora, 1943. Pags 33 e 34.
- PARERA, Juan Bastardas. *Particularidades Sintáticas Del Latin Medieval*. (Cartulários españoles de los siglos VIII al XI). Barcelona: Escuela de Filologia, 1953.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.
- PEREIRA PENHA, J. A.. *A Arcaicidade da Língua Popular Brasileira*. Franca: FFCL, 1970. Tese de doutoramento.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Quadrante, 1947.

- PONTES, Eunice. *O Tópico No Português Do Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 1987.
- REZENDE, Antônio Martinez de. *Da Categoria Gramatical Pessoa*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1986. (Dissertação, Mestrado em Linguística)
-
- Essentia Latina*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.
- ROMANELLI, R. C. *O supletivismo Indo-Europeu na morfologia latina*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1975.
- SAID ALI. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1931.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-Português*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.
- SEABRA, M. C. Costa. *Uma Abordagem Diacrônica da Construção de Tópico em Português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1994. (dissertação de mestrado inédita em lingüística)
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal e do Brasil* (até a independência). Porto: Iniciativas Editoriais, 1971. Volume I/ A - D
- SILVA NETO, Serafim. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC/ Casa Rui Barbosa, 1956.
-
- Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963. Páginas: 48 e 49
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Estudos de Filologia Portuguesa*. 1º vol. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1954. Págs. 285 e 286
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
- SOUZA DA SILVEIRA. *Trechos Seletos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A Editora, 1937. Pág. 50
-
- Notas sobre os pronomes SE e ELE. In *Revista de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 1924, ano 5: no. 29
- TARALLO, Fernando. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Un. Of Pennsylvania, Ph. D. dissertation, 1983.

WARTBURG, W. Von e Ulmann, S.. *Problemas e Métodos da Linguística*. São Paulo: Difel, 1975.

TEXTOS UTILIZADOS COMO CORPORA

AZEVEDO, Pedro de. Nova Leitura da Notícia de Torto (texto do séc. XIII). *Revista Lusitana*, Lisboa, vol. XVII, 203-206, 1914.

ASSIS CINTRA. *Os clássicos e o Antigo Vernáculo*. Rio de Janeiro: A Grande Livraria Leite Ribeiro, 1921.

LINDLEY CINTRA, M. L. F. *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa, 1959

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego - Português*; Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: INIC, 1986.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na História do Português*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1994 (Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa). "Apêndice Documental".

PORTUGALIAE Monumenta Historica; Leges et consuetudines II. Olisipone. Typis Academicis, MDCCCLXVIII.

PRADO, Adélia. *Cacos para um Vitral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____ et al. *Contos Mineiros*. São Paulo: Ática, 1984.

_____ História de uma Dona Doida de Pedra. *Jornal O Tempo*. Belo Horizonte, 21 de novembro de 1997. Especial 1 ano, página 11.

VASCONCELOS, José Leite de. *Textos Arcaicos*. 4ª. edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1959.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, Termos e frases que em Portugal, antigamente se usaram e que hoje, regularmente se ignoram*. Edição Crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por Mário Fiúza. Porto - Lisboa: Livraria Civilização, 1962. 2 vols.

Errata

Página 12: *LEGES ET CONSUETUDINES*

Página 15: a nota de pé de página do 6º parágrafo está na página seguinte.

Página 17: Em lugar da abreviatura *CTCD* lê-se: *FC* (*foros e costumes*)

Página 19: A data dos programas de televisão é (1997)

Página 40: 6ª linha do 2º parágrafo: “permitiram-*lhe*”

Página 52: penúltima linha: “discutidos”

Página 79: no item 5 (*Complemento Circunstancial*) do quadro: os tópicos válidos são A. Instrumental, B. Locativo e C. *ele* com valor reflexivo

Página 81: no quadro: o X do *ele* locativo (sem preposição) - coluna do Português brasileiro contemporâneo - não deve ser considerado

Página 93: 5º parágrafo: “afastam”

Página 94: 6º parágrafo: “tipicamente exofórico e secundariamente endofórico”.

Página 96: nota de pé de página, 3ª linha “... e o étimo latino de que se deriva” e “imediatamente”

Página 107: 2º parágrafo: “... com os nomes (substantivo e adjetivo)...”